



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 04/18

Data da Sessão: 29 de junho de 2018

Início da Sessão: 15.00 horas

Fim da Sessão: 19.20 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos _____

1º Secretário: Carlos Lucas Correia _____

2º Secretário: Célia Margarida dos Santos Craveiro _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de 2018, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Período de Antes da Ordem do Dia. -----
2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.-----
3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Prestação de Contas Consolidadas Exercício Económico de 2017. -----
4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----
5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de redução de taxas municipais relativo a licenciamento para alteração e ampliação de armazém (legalização), a requerimento de Cooperativa Agrícola do Bebedouro, para o lugar de Amieiro, da Freguesia de Arazede - Processo n.º 01/2014/79.-----
6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de redução de taxas municipais relativo a licenciamento para construção de edificação de estrutura residencial para idosos, a requerimento de Valverde Repouso e Lazer, Lda, para o lugar de Coutada, da Freguesia de Meãs - Processo n.º 01/2016/82. -----
7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a assunção de compromisso plurianual - Reabilitação Urbana em ARU - Reabilitação do edifício da antiga GNR. -----
8. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/04/2018 e 31/05/2018. -----
9. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/04/2018 e 31/05/2018.-----
10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Assunção de compromisso plurianual - Transportes Escolares – Ano letivo 2018/2019.-----
11. Fornecimento e acompanhamento de refeições escolares aos alunos dos JI's e EB1's da rede Pública do Município de Montemor-o-Velho e dinamização de Atividades de Animação e Apoio à Família aos alunos do JI's no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

Educação Pré-escolar e Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º CEB – ano letivo 2018/2019:-----

----- a. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Assunção de compromisso plurianual; -----

----- b. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a minuta do contrato interadministrativo com delegação de competências do município para a junta de freguesia de Arazede para fornecimento de refeições (almoço e lanche) no JI de Arazede, JI da Bunhosa e JI do Tojeiro, bem como para assegurar a Atividade de Animação e Apoio à Família no JI de Arazede, JI da Bunhosa e JI do Tojeiro, nos termos da alínea I), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

12. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas. -----

Presenças – Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Carlos Lucas Correia e Célia Margarida dos Santos Craveiro. -----

----- **Membros:** António Monteiro Saltão, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Ana Cristina da Silva Jorge, Telma Margarida Neves Simões, António Augusto Santos Torres, Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte, Francisco José Couceiro Nobre, Fernando Pereira Nunes Curto, José António Pecegueiro Ferreira Serrano, Maria João Batista Sobreiro, Marcelo Gustavo da Silva Ferreira, Luís António Girão da Fonseca, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, Joaquim António Graça Rainho, Tânia Sofia Jesus Monteiro, Rui Jorge Félix de Almeida, Bruno Miguel Nunes Ferrão, em substituição de Sílvia Reis Monteiro e Tiago Dinis Santos Silva em substituição de Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço. -----

Presidentes de Junta: Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, UF de Montemor-o-Velho e Gatões, Secretário da JF Arazede, Secretário da JF de Ereira e Tesoureiro da JF Seixo. -----

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Dulce Maria Melo Ferreira, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha e Alexandre Miguel Marques Pimentel Leal.

----- O PMAM, Fernando Jorge dos Ramos, deu início à reunião quando eram 15h 15min. Saudou os presentes e disse: “Temos quórum, vamos então dar início aos trabalhos. -----

----- Portanto, da nossa ordem de trabalhos, como os Serviços Municipais já tinham anunciado, nós recebemos, já depois da convocatória, um pedido de aditamento à ordem de trabalhos, de três pontos que são: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

- - Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Assunção de compromisso plurianual
- Transportes Escolares – Ano letivo 2018/2019. -----
- - Fornecimento e acompanhamento de refeições escolares aos alunos dos JI'S e EB1's da rede Pública do Município de Montemor-o-Velho e dinamização de Atividades de Animação e Apoio à Família aos alunos do JI's no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar e Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º CEB – ano letivo 2018/2019: -----
- a. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Assunção de compromisso plurianual;
- b. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a minuta do contrato interadministrativo com delegação de competências do município para a junta de freguesia de Arazede para fornecimento de refeições (almoço e lanche) no JI de Arazede, JI da Bunhosa e JI do Tojeiro, bem como para assegurar a Atividade de Animação e Apoio à Família no JI de Arazede, JI da Bunhosa e JI do Tojeiro, nos termos da alínea I), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
- - Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas. -----
- Como não há nenhuma oposição à introdução destes pontos, iremos considerar estes pontos como o n.º 10, 11 e 12. -----
- A ordem de Trabalhos está aprovada, com o aditamento destes 3 pontos. -----
- Pelo silêncio das bancadas, está aprovada a ordem de trabalhos com o aditamento destes 3 pontos -----
- Passamos então de imediato ao período de antes da Ordem do Dia. -----
- **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia.**-----
- No período antes da Ordem do Dia e, como é habitual, nós temos a ata da sessão extraordinária de 25 de abril de 2018 e a ata da sessão ordinária de 30 de abril de 2018-----
- Não havendo nenhuma alteração, ata da sessão extraordinária de 25 de abril de 2018, foi aprovada por unanimidade de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo que refere: “Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”.-----
- Relativamente à ata da sessão ordinária de 30 de abril de 2018, foi aprovada por unanimidade de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo que refere: “Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

estado presentes na reunião a que ela respeita”. -----

----- Relativamente à listagem da correspondência recebida e expedida, para além da lista que vos foi facultada e que podem consultar a qualquer momento, há os habituais pedidos de substituição para esta reunião. Se quiserem consultar alguma dessa correspondência, estejam à vontade para o fazer no Secretariado da Assembleia Municipal. -----

----- Interrompo a sessão durante 3 minutos para apresentação de outras moções, requerimentos e outros documentos que queiram apresentar à Assembleia.” -----

----- Os trabalhos foram suspensos durante 3 minutos. -----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Vamos retomar os nossos trabalhos e, passamos às moções e outros documentos apresentados pelos membros da Assembleia Municipal. ----- Depois desta pausa, vamos passar à intervenção dos membros da Assembleia Municipal que apresentaram desde intervenções, moções e um requerimento. -----

----- Hoje mesmo antes do período oficial de entrada das moções, houve 3 moções que entraram, uma da senhora Líder de bancada do PS, outra da senhora Líder de bancada da CDU e outra da Segunda secretária da Assembleia Municipal. -----

----- Devíamos de retomar de imediato os trabalhos, porque as moções e os requerimentos são em número suficiente, mas como informei, recebemos na segunda-feira, a comunicação que ia haver uma inspeção financeira à Câmara e os senhores Inspectores chegaram hoje, o senhor Presidente da Câmara entende e bem que eu deva saudar os inspetores. É um minuto ou dois, só para os cumprimentar, julgo que compreenderão que me ausente estes dois minutos. -----

----- Solicito à senhora líder de bancada do Partido Socialista, Albertina Jorge que faça o favor de ler a sua moção” -----

----- Moção apresentada pelo membro Albertina Jorge (PS) – Moção de Protesto contra o encerramento do Balcão da CGD de Arazede, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01. -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Como há outras moções, enfim, eu não diria similares, mas sobre o mesmo assunto, eu antes da votação iria passar a palavra, neste caso, à líder de bancada da CDU, para que lesse também a sua moção, uma vez que versa sobre o mesmo ponto.” -----

----- Moção apresentada pelo membro Celeste Duarte (CDU) – Moção de Protesto contra o encerramento do Balcão da CGD de Arazede, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “O Senhor deputado António Saltão, tem uma moção do mesmo teor, peço por favor que a leia.” -----

----- Moção apresentada pelo membro António Saltão (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Moção de Protesto contra o encerramento do Balcão da CGD de Arazede, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03.-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Lidas as 3 moções, eu dou a palavra à Assembleia.”

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Tendo em conta esta situação que a todos nós nos repudia e nos causa muito transtorno, dizer que a Coligação acabou por chegar um bocadinho atrasada aqui a este fórum porque, de facto, nós fomos a Arazede e detetámos que houve um encerramento antecipado. Por questões que se prendem com a segurança, houve alguma comunicação, por ter havido já problemas no Norte, a Caixa fechou as portas hoje às 13h00, encerrando de imediato, tirando qualquer publicidade, de modo a evitar qualquer constrangimento. De facto, para nós, reforçar que é incrível estas coisas a acontecer e nós vamos ficando cada vez mais botados ao abandono, as instituições abandonam-nos e esta é uma freguesia que é a maior do concelho e, portanto, quando isto acontece, as pessoas é que ficam prejudicadas e, de facto, aqui o executivo podia ter tido uma palavra. Nós sabemos que estas instituições não fazem estas ligações diretas com o executivo, mas desde o início do mês com certeza que saberia que isto ia acontecer e podíamos ter feito outra coisa, podíamos ter lutado, podíamos ter manifestado, o que acabou por não ocorrer, apenas houve uma manifestação por parte do Presidente da Câmara, quando interpelado pelos órgãos de comunicação social. -----

----- E de facto, isto a mim, acaba por me transtornar ainda mais, porque nós estamos cá e somos todos eleitos para defender as pessoas e os interesses dos cidadãos e, a mim causa muita estranheza e à minha bancada, porque de facto percebemos que não estamos assim tão bem defendidos. E era isto que queria dizer senhor Presidente”.-----

----- Retomou a palavra o PMAM, dizendo: “ Não vejo mais nenhum pedido de palavra sobre este assunto e se a assembleia estiver de acordo, independentemente do que eu possa dizer sobre este assunto, porque há aqui um assunto que ainda por cima, abordado ao de leve, mas não deixa de ser, eu diria, confrangedor para todos nós, enquanto autarcas deste concelho, que é com perceberam uma parte da economia do concelho foi deslocalizada e os indicadores económicos vão ser deslocalizadas isto é, para além de tudo aquilo que disseram, evidentemente que o rendimento do concelho de Montemor-o-Velho, está mais pobre neste momento.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2018, junho, 29***

----- E, portanto, independentemente da liberdade de cada bancada, se porventura os líderes de bancada estivessem de acordo, julgo que enviar três moções, independentemente daquilo que se possa conseguir com isso ou não às entidades referidas nas mesmas, vai parecer na minha opinião, que cada um quer “pôr a sua bandeirinha”. Eu acho que este assunto é demasiado importante para que cada um dos partidos coloque a sua bandeirinha. -----

----- Por isso, eu sugeria se as líderes de bancada estivessem de acordo, redigissem uma moção conjunta que pode incluir todos os itens que aqui estão, porque sinceramente, está a falar o Presidente da Assembleia Municipal em termos pessoais note-se, mas eu julgo que teria mais força, que seria mais importante uma moção conjunta das três forças políticas em nome da Assembleia Municipal, do que propriamente uma por sua vez. Mas eu deixo isto à consideração das bancadas”. -----

----- Pede a palavra o membro Celeste Duarte (CDU) que disse: “Senhor Presidente não posso estar mais de acordo, razão pela qual eu não pus a “bandeirinha da bancada da CDU”. A minha moção, se perceberam, não ia em nome de ninguém, porque ia simplesmente em nome da Assembleia Municipal exatamente pelas razões que o senhor acabou de expor. Acho que tem outra força!” -----

----- Pede a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Senhor Presidente, se de facto tinha que haver aqui uma junção de esforços, teria sido antes, para fazermos alguma coisa em conjunto e assim tudo muito bem teríamos todo o gosto em participar em todas as atividades que fossem na luta para que realmente este serviço se mantivesse. Como não ocorreu qualquer tipo de intervenção anterior na união de esforços, nós agora entendemos que a nossa moção deve ser seguida sim, porque nós somos uma Coligação, nós representamos um Partido, nós fomos lá hoje, nós fomos os primeiros que falámos isto na reunião de Câmara, através do nosso ilustre Vereador Aurélio Rocha e, portanto, nós queremos que a nossa moção siga”. -----

----- Pede a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Logicamente que a minha posição é contrária à da minha antecessora, eu acho que teria mais força efetivamente se fosse uma moção conjunta porque isto é um interesse do concelho. -----

----- Eu não sei se há aqui mais alguém, eu sou uma das brindadas com a conta na Tocha porque sou cliente do balcão de Arazede, soube por ofício há cerca de duas semanas e quando me dirigi ao balcão de Arazede, eles não tinham sido informados oficialmente. Eu não sei se a Câmara teria tido conhecimento porque ao ter conhecimento, eu estou a falar em nome pessoal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

e, estou a falar daquilo que eu sei daquilo que eu falei, não estou a falar em nome da Câmara e não interrompi ninguém e o que me disseram os funcionários do balcão de Arazede é que sabiam através dos clientes. -----

----- Também tenho conhecimento pessoal que os funcionários só esta semana e já para aí a meio é que efetivamente souberam para onde é que iriam eles próprios, porque ninguém lhes tinha dito nada, foi através dos clientes como eu que receberam dos ofícios e portanto, foram apanhados de surpresa, tal como eu fui. -----

----- Dizer já agora que para mudar a minha conta para o concelho demorei mais de uma hora e tal, num balcão da Caixa porque, efetivamente, por isso é que eu digo que está a causar transtornos e eu tive oportunidade de lá ir, há muitas pessoas, possivelmente que se calhar não conseguem ter essa oportunidade nem este meio. Efetivamente é do interesse de muitas pessoas que, se calhar não têm disponibilidade, não têm meios para se deslocarem, não sabem sequer como e que de repente são chamados e, para mim é uma aberração, para um balcão que nem sequer é do seu concelho. Portanto, acho que aqui o interesse superior que está subjacente, devia levar a uma união total, independentemente das divergências políticas e é essa a minha posição que gostaria de deixar claro e, o conhecimento que tenho pessoal do caso, porque também volto a repetir sou cliente”. -----

----- Usou da palavra o PAM que disse: “Todos ouvimos as bancadas. Não há consenso, vamos à votação das moções individualmente. -----

----- Portanto, vamos votar pela ordem de entrada”. -----

----- Moção apresentada pelo membro Albertina Jorge (PS) – Moção de Protesto contra o encerramento do Balcão da CGD de Arazede, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo membro Celeste Duarte (CDU) – Moção de Protesto contra o encerramento do Balcão da CGD de Arazede, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo membro António Saltão (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Moção de Protesto contra o encerramento do Balcão da CGD de Arazede, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo membro Célia Craveiro (PS) – Moção de Louvor e Agradecimento – Summer Market – Feira de Artesanato em Portela - Tentúgal, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04, e que foi aprovada por unanimidade. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2018, junho, 29***

----- Moção apresentada pelo membro António Saltão (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Moção de Congratulações ao Sr. Professor Doutor Fernando Jorge dos Ramos, pela sua entrada na Academia Iberoamericana de Farmácia, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi aprovada por unanimidade, atendendo a que o voto contra do PAM não foi aceite por ser manifesto que o fazia por conflito de interesses. -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) dizendo: “Iria fazer uma intervenção, mas acho que será pertinente na sequência da moção que eu subscrevo na íntegra e nunca seria capaz de a escrever da maneira que foi escrita, porque sou mais dada muitas vezes para a emoção quando as coisas me tocam de perto. Aquilo que eu tenho a dizer é que efetivamente, acho que é uma honra para todos nós, não só para mim, mas para todos, mais esta distinção, mas fundamentalmente ter sido atribuída a quem, de uma forma tão digna, tão nobre, mas ao mesmo tempo tão simples, parece quase alguém que é um simples cidadão do concelho de Montemor-o-Velho e é esse simples cidadão que preside esta Assembleia Municipal e efetivamente nós estamos perante um dos mais reputados membros das Academias e o Professor, Cientista de renome Nacional e Internacional, aliás esta Academia Iberoamericana de Farmácia deu provas disso. Tive a honra e o privilégio de poder ter estado presente e efetivamente, só vendo como é considerado e honrado no estrangeiro a pessoa que aqui à nossa frente hoje preside os nossos trabalhos. -----

----- Em nome da bancada do PS agradecemos o privilégio de o podemos ter ao nosso lado, connosco neste fórum, mas fundamentalmente damos-lhe os parabéns por mais esta distinção, por mais este reconhecimento e desejamos, logicamente, a continuação dos sucessos, que sendo seus, eu também considero, um bocadinho sendo de Montemor-o-Velho, poderá ser também da freguesia de Arazede, mas eu falo em nome do Concelho, porque nos distingue também com essa honra e até a sua presença e mais uma vez digo, aqui no nosso meio com uma figura tão distinta a nível internacional. Muito obrigada senhor Presidente por essa distinção”. -

----- Pediu a palavra o membro Celeste Duarte (CDU) que disse: “Naturalmente que faço minhas, com a licença de quem falou antes de mim, as palavras que acabei de ouvir. Temos o privilégio de ter entre nós, um cientista internacional brilhante, com a simplicidade característica dos grandes, que só os grandes têm. -----

----- Também estou emocionada, vivi de perto a última homenagem que foi feita ao Senhor Professor. Eu não sou natural de Montemor, mas os filhos adotivos também se amam e os pais também. Eu tenho Montemor no meu coração e foi com muita emoção que vi levar muito longe

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

o nome do nosso Concelho e naturalmente, o nome do país, mas hoje é de Montemor que se trata. Senhor Professor, as maiores felicidades na sua carreira, os maiores sucessos, porque o que for bom pra si é bom para todos nós, porque é da qualidade da nossa vida que se trata. Senhor Professor muito Obrigada!”-----

----- Seguidamente usou da palavra o PMAM dizendo: “Naturalmente que agradeço, porque também não me tenho como ingrato, mas como o António Saltão escreveu e disse “é só nos quatro continentes”, ainda falta o quinto, ainda falta a Austrália nunca estive lá e, essa é a questão também da forma, como ele disse e porque é verdade, se há profissão e já o disse aqui e digo-o frequentemente, se há profissão que gosto é de ser estudante. Felizmente, os nossos impostos entenderam que me deviam conceder uma bolsa para a vida, para fazer aquilo que gosto e é efetivamente um privilégio para mim poder fazer aquilo que gosto.-----

----- Tento à minha medida e à minha maneira, contribuir para a melhoria das condições de vida das populações, nomeadamente na área da segurança alimentar, mas sobretudo porque reconheço que os vossos olhos estão enviesados, porque como eu costumo dizer, ser o melhor da nossa casa é fácil, da nossa rua já não é assim tão fácil, da nossa freguesia, do nosso concelho, do nosso país, há sempre alguma coisa e, como eu tenho o privilegio de conhecer muita, mas muita gente, muito mas muito melhor que eu, evidentemente são os vossos olhos que estão aqui enviesados.-----

----- Portanto, muito obrigado!”-----

----- Moção apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Tentúgal – Summer Market – Feira de Artesanato em Portela - Tentúgal, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 06, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Carlos Lucas (PS) – Congratulação de aniversário a diversas associações do concelho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 07, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Francisco Nobre (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) – Torneio de Futebol Infantil “Zé da Caneca” do Clube Desportivo Carapinheirense, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 08, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Francisco Nobre (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) – 25º. Aniversário da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa da Carapinheira, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 09, e que foi aprovada por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Lídia Pagaimo (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) – Parabéns aos alunos do 6º. D da Escola Básica e Secundária de Montemor-o-Velho e professores envolvidos conforme documento anexo à presente ata, sob o número 10, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo membro Lídia Pagaimo (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) – Parabéns à organização da caminhada “O que nos Liga” e ao Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 11, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Lídia Pagaimo (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) – Parabéns ao Agrupamento das Escolas de Montemor-o-Velho, pela celebração dos 25 anos da escola EB 2,3 de Arazede, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 12, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo membro Marcelo Ferreira (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) – Congratulações pelo 9º. Aniversário do Comando Territorial de Coimbra da Guarda Nacional Republicana, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 13, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Votos de parabéns e continuação de êxitos às Associações, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 14, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Congratulações pela comemoração do Aniversário da Filarmónica Instrução e Recreio da Abrunheira, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 15, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Congratulações pela comemoração do Aniversário da Filarmónica União Verridense, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 16, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Felicitações – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 17, e que foi aprovada por unanimidade.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- Requerimento apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Pedido de consulta à Câmara Municipal Processo relativo ao Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 18.-----

----- Moção apresentada pelo membro Bruno Ferrão (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Felicitações – alunos do 1º. Ciclo do Curso Técnico de Multimédia – Escola Profissional ADA conforme documento anexo à presente ata, sob o número 19, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Bruno Ferrão (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Congratulação pela conquista da Taça de Encerramento de Juniores pela equipa de Juniores do Clube Desportivo Carapinheirense, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 20, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Recomendação apresentada pelo membro Bruno Ferrão (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Estudo sobre uma solução para a maior integração do castelo com o quotidiano da vila de Montemor-o-Velho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 21. -----

----- Moção apresentada pelo membro Telma Simões (PS) – Congratulações à Junta de Freguesia de Liceia pelo 102º. Aniversário, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 22, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro António Torres (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Aniversário do Grupo de Teatro “O Celeiro”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 23, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Pediu a palavra o membro Francisco Nobre (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Através da mesa da Assembleia Municipal e aproveitando o facto de estar aqui parte do executivo municipal gostaria de colocar duas ou três questões. São elas relacionadas com segurança rodoviária e gostaria de ter alguma resposta sobre o facto de os semáforos colocados na Boleta, freguesia da Carapinheira, bem como em Quinhendros freguesia de Montemor-o-Velho, estarem avariados, sem estarem a funcionar pelo menos há 15 dias. -----

----- Sendo que têm existido alguns acidentes nestes cruzamentos, é óbvio que os acidentes não existem pelo facto de os semáforos estarem a funcionar ou não, mas de qualquer forma, por alguma coisa eles lá estão, será também para haver um melhor tráfego rodoviário. -----

----- Sendo que também, há dois dias começaram obras na antiga Estrada Nacional 111, junto à zona industrial, estas têm congestionado bastante o trânsito naquela via, gostaria de saber

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

qual é que é o prazo destas obras e gostaria também que fosse dito e realçado o que se pretende com estas obras, assim como da nossa parte da bancada, temos algo a acrescentar porque não temos visto, pelo menos nestes dois primeiros dias na nossa opinião, uma melhor sinalização para as obras que ali estão a decorrer”.-----

----- Pediu a palavra o membro Marcelo Ferreira (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – que disse: “Tenho aqui algumas questões que queria colocar ao senhor Presidente da Câmara: a primeira já não é uma pergunta porque era sobre uns placards das últimas eleições e esses placards foram retirados hoje na freguesia de Santo Varão, só que lá está, foi a Junta que teve que tirar uns placards que competia à direção de campanha do PS, porque foi para as eleições.

----- Depois, a segunda questão é que no ano passado dia 11 o senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas, esteve na estação de Alfarelos para dar por concluída a primeira fase da renovação da Linha do Norte entre Alfarelos e Pampilhosa, mas também para anunciar mais investimentos até 2019 com duas novas fases. -----

----- A segunda fase no valor de 2.000.000€ de estabilização de taludes e iluminação de passagens de nível existentes.-----

----- A terceira fase no valor de 30.000.000€ onde está incluída a remodelação das estações de Alfarelos e Coimbra. -----

----- Queria saber se há novidades em relação às passagens pedonais na linha do Norte. Com tantos milhões para gastar penso que é a altura certa na Câmara negociar com o Governo a inclusão dessas passagens superiores nesses investimentos. -----

----- Mas sobre a linha do Norte quero dizer que a segunda fase já começou em Formoselha nos últimos dias, mas da pior maneira, porque foi com arame farpado. -----

----- Andaram a colocar ao longo da linha junto às estradas, em diversos locais, vedações com arame farpado em zonas urbanas e circulação de pessoas e crianças. O Estado ia dar um exemplo mas não cumpre as leis, porque segundo a lei 360/77 de 1 de setembro, no seu artigo 59.º parágrafo cinco e o ponto três, não é permitido o emprego de arame farpado em vedações, altura inferior a dois metros acima do nível da berma. -----

----- Quer saber se a Câmara já tomou medidas sobre esta situação. -----

----- Depois tenho aqui mais uma questão que é sobre a Urbanização da Luz, em Santo Varão. Qual é o ponto da situação dessas obras? -----

----- Eu sei que existe um problema de tribunais, de bancos, há muitos anos, mas a Câmara devia intervir no espaço público, enquanto os restantes lotes não são vendidos e as obras

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

concluídas, pelo menos com limpeza e com alguns arranjos para segurança e higiene dos moradores”.-----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “As minhas questões têm a ver com a última Assembleia Municipal e com os requerimentos que eu aqui apresentei que, como nós sabemos, os requerimentos são algo que qualquer membro da Assembleia Municipal pode fazer e que o Regimento diz o seguinte no seu artigo 37.º: “São considerados requerimentos os pedidos dirigidos à mesa da Assembleia Municipal respeitantes a qualquer assunto de interesse municipal. -----

----- É certo que o mesmo não fala prazos, mas não falando em prazos, são os dez dias úteis, certo? Ou estou enganada? Regemo-nos pelo Código do Procedimento Administrativo.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Deve haver algum equívoco. Porque eu próprio e não quero acreditar que os serviços não tenham enviado, quando assinei esta convocatória da Assembleia, enviei conjuntamente a resposta aos requerimentos apresentados pela Senhora deputada.-----

----- Não quero crer que os serviços não a tenham enviado, ou que os Correios não tenham entregue a documentação. -----

----- Não sei se falta resposta a algum requerimento, agora no dia que assinei a convocatória, eu assinei o ofício que ia a capear a resposta aos requerimentos, não sei se a resposta a todos, porque não vi o conteúdo das respostas.” -----

----- Retomou a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Então senhor Presidente, eu depois pediria à Elisa que me fotocopiasse ou que me digitalizasse e enviasse.” -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Aqui a minha intervenção tem a ver com o vídeo sobre a escola que o Município um fez. -----

----- Realmente, a nossa bancada acha que foi uma boa iniciativa contudo, achamos que podia ter ido mais além e podia ter incluído, outras escolas do concelho nomeadamente, a EBI de Pereira, EB de Arazede, EB 2,3 de Carapinheira, as Escolas Profissionais, os Jardins de Infância, porque de facto, estamos a falar em educação e, desse modo, as pessoas poderiam ficar a verificar a diversidade que existe no concelho de escolhas. -----

----- A mensagem que é transmitida no vídeo de facto, é uma mensagem muito importante, mas, realmente, só é passada no final do vídeo e podia ter sido, de facto, transmitida de uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

forma mais incisiva nas intervenções que os alunos iam fazendo, com os professores, com os funcionários.-----

----- Dar nota também, que ainda bem que foram feitas obras determinantes no passado, pois o vídeo dá enfoque ao Centro Escolar, às Piscinas, ao Centro de Alto Rendimento e ficamos agradados com esse facto, pois se não fossem esses equipamentos que foram feitos no passado, não haveria nada para divulgar.-----

----- Isto é o retrato das escolhas do Executivo.”-----

----- Pediu a palavra o membro Celeste Duarte (CDU) que disse: “Tenho aqui algumas considerações que gostaríamos de fazer e questões para colocar ao Senhor Presidente. -----

----- Eu não ia começar pelo vídeo, mas é mesmo por aí que vou começar. -----

----- Eu folgo o que me parece ser uma melhoria considerável de opinião do Executivo em relação ao nosso Agrupamento e, portanto, também quero referir isto aqui. -----

----- Depois, o que a deputada Maria João acabou de dizer, parece-me importante porque também dei por falta de algumas Escolas do Agrupamento que não estavam ali. -----

----- O vídeo é bonito tá bem feito, mas além do objetivo que eu quero acreditar que seja para promover, de facto, o nosso agrupamento e o ensino em Montemor, parece-me também que serve para disfarçar alguma falta de medidas e ações concretas, que é preciso ter para estancar, porque todos os anos nós perdemos alunos, para a Figueira, para Coimbra, para Cantanhede. Eu já ouvi uma vez aqui numa reunião, que em alguns sítios era tradição, mas há tradições que não interessam a ninguém.-----

----- Medidas e ações para contrariar isto são urgentes, precisam-se e esperamos por elas rapidamente. -----

----- Outra coisa que queria falar aqui é que passei na Carapinheira há bocadinho e, passei ontem e, estou a gostar de ver. Estão a estender a passadeira vermelha para a inauguração daquela Piscina, pronto, digamos assim. Sobre isto já falámos já a CDU escreveu muito e disse muito, resta-me apenas concluir este capítulo, dizendo que os habitantes da Carapinheira mereciam melhor. -----

----- Queria ainda falar também, como já se falou aqui, da Linha do Norte, daquela questão de vedação, como já vem ocorrendo desde Coimbra e vai por aí abaixo. As pessoas de facto deixam de correr perigo de vida a atravessar ali a linha, no entanto, os seus vizinhos ficam-lhes agora, com risco ou sem ele a vários quilómetros que é uma coisa estranha, um vizinho que estava ali a não sei quantos metros para poder falar ao vizinho ou estar com o vizinho. As pessoas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

que clamam têm que andar quilómetros e, eu queria saber, qual é o ponto de situação em relação à execução, ou melhor, à falta dela, da obra que há muito se anseia para ali, que está anunciada, da passagem pedonal naquela Linha. -----

----- Outras questões também importantes. Está em curso e nota-se no Concelho, a limpeza das florestas, quer pela Câmara, quer por entidades privadas, parece-me que ainda há um atraso considerável, mas enfim, Roma e Pavia não se fizeram num dia, mas há aqui na freguesia de Liceia um terreno que pode ser de ninguém e eu gostaria de saber a quem compete limpar toda a zona circundante daqueles terrenos ao longo do que foi a Linha férrea do ramal Figueira da Foz/ Pampilhosa, que os habitantes de Liceia nos fizeram chegar que estão em muito má situação.” -----

----- Pediu a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Desde já nesta minha intervenção deixe-me congratulá-lo pelo prémio académico conseguido que tanto enaltece as gentes de Montemor. Senhor Professor Doutor Fernando Ramos, é um orgulho para Montemor, saber que temos quadros de excelência. -----

----- E também outra nota. Vejo com muito agrado que, ao longo do tempo a Assembleia se compôs para me ouvir, porque no início estávamos cá três ou quatro, mas vejo com muito agrado que o Partido Socialista ainda leva a sério as Assembleias Municipais para o fim. -----

----- Posto isto, o tema da minha intervenção volta a ser a estrutura metálica prostrada no encruzamento da Rua da Carapinheira com a Rua Engenheiro Moisés Correia de Oliveira, em pleno lugar do Alhastro, centro da Vila da Carapinheira. -----

----- Foi por esta bancada alertado para a opacidade de todo o processo desde a montagem da estrutura metálica e arranjo urbanístico do referido encruzamento, passando pela utilização para fins de campanha eleitoral até hoje estar a ser utilizada para fins comerciais nesta mesma Assembleia Municipal, Senhor Presidente. -----

----- De facto, cabe à Assembleia Municipal fiscalizar e pugnar pela justiça democrática que é o baluarte das sociedades modernas. -----

----- De facto, cabe ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal dar seguimento às ilegalidades ou suspeitas delas cometidas, dando assim cumprimento ao artigo 46-A, n.º 1, alínea e) da Lei 169/99 de 18 de setembro. -----

----- Senhor Presidente, as respostas às nossas questões sempre foram vagas, dissimuladas e até inúteis, face à discrepância entre o que era questionado e o que era respondido. -----

----- Senhor Presidente, podemos todos pensar que temos mais astúcia que outros, mas o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

que é facto, é que esta Assembleia é o órgão máximo de fiscalização do nosso Concelho. Cabe-nos a nós, cobertos pelo manto sagrado da democracia e despidos da arrogância e sobrançeria reportar, denunciar e impedir toda e qualquer atividade praticada à margem da normatividade jurídica vigente. -----

----- Dando assim, por fim, o processo de investigação levado a cabo nesta Assembleia é hora de chegar a conclusões. Senhor Presidente, não há memória de tão difícil investigação nesta casa. O comportamento relutante do Executivo Municipal em responder, em dar cabal esclarecimento ao que era questionado espelhou a ética e moral do próprio processo de colocação da estrutura metálica. À pergunta simples e direta: quem é o proprietário da estrutura metálica?, todos fugiram e ninguém respondeu. Qual seria então o problema de sabermos quem era o dono de tal estrutura? Porque será que o orgulho de outros tempos se desvaneceu? -----

----- Porque um investimento de tal ordem, ficou como que por magia, sem dono? -----

----- Senhor Presidente, as perguntas foram muitas e as respostas poucas, por isso teremos de ir pelas evidências e, o que é evidente é que a estrutura metálica é propriedade da Junta de Freguesia da Carapinheira, pois senão vejamos, foi esta aplicada aquando do exercício de funções do anterior mandato liderado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Carapinheira, eleito pelo Partido Socialista. -----

----- Foi a Junta de Freguesia da Carapinheira liderada pelo executivo do Partido Socialista a proceder ao arranjo urbanístico do espaço envolvente. -----

----- Foi a empresa, à qual tinha sido adjudicada pelo Partido Socialista às obras de reparação do Pavilhão da Carapinheira que colocou a estrutura. Esta mesma estrutura, serviu para fins eleitorais do Partido Socialista, contactou o Senhor Presidente da Junta da Carapinheira, eleito pelo Partido Socialista, e que depois viria a ser reeleito pelo mesmo partido, várias entidades para o aluguer da estrutura. Após o período de campanha eleitoral esta estrutura foi cedida para fins comerciais a outra empresa. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, estamos perante uma ilegalidade! -----

----- Senhor Presidente são por demais evidentes as evidências prostradas! -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, não podemos continuar todos a fingir que somos bons rapazes. A Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho não se pode escusar de cumprir e dar seguimento às suas obrigações de fiscalização. Foi para isto que fomos eleitos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Professor Doutor Fernando Ramos, se nada fizermos, estaremos a ser cúmplices de um ato que, para além de imoral, antiético e antidemocrático, é sobretudo ilegal. Estará nas nossas consciências agir em conformidade ou cedermos ao conluio partidário.-----

----- Senhor Presidente vem esta bancada exigir-lhe que reporte a situação à Comissão Nacional de Eleições ou ao órgão de Polícia Criminal que julgar competente.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Supondo que é um requerimento, naturalmente que ele seguirá esse caminho. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara”.-----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Eu vou fazer resposta a todas as questões aqui suscitadas neste período Antes da Ordem do dia.-----

----- Em relação à dependência da Caixa Geral de Depósitos, não posso deixar de elogiar todos presidentes de Câmara deste país, que conseguiram convencer o Dr. Paulo Macedo a reabrir as tais filiais e as tais dependências e, portanto, na verdade, foram muito concludentes e foram muito eficazes na reabertura das dependências da Caixa Geral de Depósitos.-----

----- Saudar a postura da Dr.ª Celeste Duarte na Assembleia. Tenho pena que o PS não tivesse acompanhado a moção dela, porque as duas moções são semelhantes e, portanto, também assim mostrando como se pode fazer política de forma construtiva e já agora desafio todas as forças políticas para fazer política construtiva nesta matéria, em particular dar nota que eu sou daquelas pessoas que gosto de fazer propostas que tenham algum sentido, ou façam algum sentido, não semeio palavras ao vento. Portanto, uma das coisas que devíamos todos fazer em conjunto era recomendar que todos os municípios do concelho que têm as suas contas na dependência da Caixa Geral de Depósitos que as transferissem para todas as entidades bancárias do Concelho. Essa é que é a verdade, essa é que era a política à séria e é assim que eu gosto de estar na política.-----

----- Em relação à posição do Presidente da Câmara e à posição da Câmara Municipal e, em particular minha, ainda não a posso revelar, mas muito brevemente irei tomar uma posição radical em relação à Caixa Geral de Depósitos. Portanto, esta posição drástica muito em breve será do conhecimento, porque efetivamente este banco não tem tido um comportamento para com as instituições deste país, em particular para com as Câmaras Municipais, em particular para com a Câmara de Montemor-o-Velho que demonstre respeito e correção para connosco e, já de agora, eu provavelmente, fui uma das poucas pessoas que soube por terceiras pessoas deste evento. Há aqui alguém na sala que sabe que fui apanhado de surpresa quando me telefonou e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2018, junho, 29***

me perguntou sobre esta questão.-----

----- Portanto, eu não posso adivinhar ainda não tenho dotes de adivinhação, como disse a Dr.ª Albertina, efetivamente este processo é no mínimo, à moda do Dr. Paulo Macedo, “eu quero posso e mando” e, portanto, vamos em frente e, as pessoas não contam, são números. -----

----- Portanto, também dizer que quem deixou a Caixa Geral de Depósitos neste estado, e aqui estão muitas pessoas até conhecidas do meu partido, que essas sim é que deviam ser penalizadas mas, infelizmente, neste país não são penalizadas. -----

----- Sobre a questão do Senhor Presidente da Assembleia, gostava de dar nota que para mim é uma honra e foi uma honra e será sempre uma honra, participar e, como eu disse, no meu discurso na Academia Iberoamericana de Farmácia, este homem em conjunto com outros, fazem um trabalho verdadeiramente notável, lutando contra interesses poderosos deste país. Se há bocado contestava a posição da Caixa Geral de Depósitos também que a referenciar estes, da grande distribuição, das grandes superfícies comerciais e dos grandes empresários da indústria alimentar e, não são temerários, são corajosos, são valentes e, não abdicam de, contra tudo e contra todos, denunciar as vigarices e as poucas-vergonhas que existem nos alimentos que estão disponíveis, infelizmente, para a alimentação humana nas superfícies comerciais, de toda a natureza deste país. Na realidade, os portugueses precisam de pessoas como o Professor Doutor Fernando Ramos e outros, que eu também sei que há outros, porque é um trabalho conjunto de muitas pessoas, que fazem este trabalho verdadeiramente notável contra tudo e contra todos e que denunciam todas estas situações anómalas numa coragem sem precedentes. Provavelmente, estas palavras que eu aqui transmito terão eco noutros lados, porque efetivamente há muito pouca gente que está sensibilizada para o trabalho que estas pessoas fazem. Porque o fazem muitas das vezes sem o espetáculo de jornais, o espetáculo da comunicação social e isso, desvaloriza muito o seu trabalho e, por isso, aqui está o meu testemunho mais na perspetiva daquilo que efetivamente deve ser dito, porque eu sei que é muito exigente, quando lhe fazem elogios e sei que esta é realmente, a parte que Vossa Excelência, gostaria de ver destacada. -----

----- Quanto à questão da recomendação do senhor Bruno Ferrão sobre o Castelo, são sempre bem-vindas as recomendações, mas nada de novo, em particular, gostava de chamar a atenção de que o processo do Castelo é um processo que devia ter sido iniciado há mais de 15 anos atrás. -----

----- O Castelo é dos monumentos de referência da Região Centro e, foi abandonado nos últimos tempos e, portanto, não tinha qualquer sentido.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2018, junho, 29***

----- Este executivo, tanto o executivo por mim presidido anteriormente, como este, mantém o propósito de deixar de considerar o Castelo com uma maldição, como muitos montemorenses assim o encaravam, para o assumir como uma mais-valia e, algo que, efetivamente, importa privilegiar neste Concelho. Agora não são com medidas avulsas como são propostas, que as coisas se resolvem senhor deputado Bruno Ferrão e vou-lhe passar a explicar, lembrando aquilo que eu disse a propósito das escadas rolantes, enquanto vereador, porque há muitas pessoas que vão ver as atas e depois vem aqui confrontar-me com aquilo que eu digo enquanto vereador. De nada vale levar as pessoas para elas se debruçarem sobre um monte de erva ou sobre um monte de escombros, que não têm nada pra ver. Portanto, era preciso fazer obra a montante e a jusante, para que os turistas efetivamente tenham interesse em descer à vila ou em subir pelas escadas rolantes. -----

----- Neste momento não temos condições, nem neste momento, nem há muitos anos a esta parte, para fazer subir as pessoas pelas escadas rolantes, porque efetivamente ainda não têm nada pra ver quando chegam lá acima e, isso para mim é que é algo que deve ser destacado e preparado.-----

----- Essa intenção do fecho do acesso principal que hoje é utilizado do Castelo, já há muito é reclamado por todas as forças políticas, pela CDU, pelo PSD, pelo PS mas, isso implica obra. Implica obra, implica estratégia, que é aquilo que esta intervenção não revela, mas agora vou-lhe dar algumas notícias que precisamente podem ajudá-lo a fundamentar a sua pretensão que é válida, porque a sua pretensão é correta ou seja, vai no caminho certo, só precisa de mais substrato.-----

----- Está em curso uma candidatura que está aprovada, para criar o Centro Interpretativo na Galeria Municipal e que vai relançar todas as pessoas ou seja, já há projeto, já há dinheiro alocado, iniciar-se-á por volta de setembro provavelmente, a construção desse Centro Interpretativo, para relançar as pessoas, para todo o Concelho. É um Centro Interpretativo Virtual que vai divulgar todo o Concelho aos turistas. -----

----- Segundo, está em curso um projeto e, infelizmente é um projeto que se atrasou porque a Direção Regional da Cultura do Centro, tinha-nos prometido que havia um projeto das obras de recuperação do Convento dos Anjos infelizmente, fomos à Torre do Tombo, fomos a todo lado não encontramos projeto algum e tivemos que o fazer nós, à custa do Município e, por isso, nos atrasamos para a candidatura e para a utilização da verba que está disponível para o Convento dos Anjos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2018, junho, 29***

----- Fechando este circuito: Castelo, Centro Interpretativo e Conventos dos Anjos, com um arranjo urbanístico que permite o estacionamento que está previsto também no âmbito do PARU, da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico, nós teremos condições mais do que ótimas para poder, então sim, fechar a entrada hoje do Castelo com uma estrutura amovível e comandada à distância, para que ainda assim, possam pessoas de mobilidade reduzida, poder aceder ao parque estacionamento atual e, só esses o poderão fazer na altura.-----

----- E é assim, pensando assim, porque os turistas não vêm, eu não vou a lado nenhum para ver casas abandonadas. Eu quando vou a algum lado tenho que ter um motivo de interesse.----

----- Por isso nós, de forma estratégica, de forma planificada, estamos a trabalhar nessa ideia que vossa excelência traz aqui hoje, que é uma ideia, como eu disse, já antiga e que todos sabemos que é já antiga, não tem novidade nenhuma. Peço desculpa, não é uma questão de sinalização, não é pôr umas placas, não é uma questão de limpeza, não tem nada a ver com isso, é uma questão muito mais profunda e, muito mais bem pensada, estruturalmente pensada e, sabendo o que se faz, que foi coisa que nos últimos anos, aqui nesta terra, não se soube fazer ou seja, pensar as coisas com cabeça, tronco e membros.-----

----- Já agora dizer também, por consulta ainda que informal e também, informo isto, do Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, o Município de Montemor-o-Velho e o presidente da Câmara e, eu dou conhecimento disto à Assembleia Municipal, foi-nos questionado se queríamos assumir a gestão do Castelo definitiva e, o Presidente da Câmara sem hesitações assumiu que sim, que gostaríamos de assumir a gestão do Castelo, o Castelo de Montemor-o-Velho, não é de uma Direção Regional, é a Câmara que, na minha ótica, melhor sabe gerir o Castelo de Montemor-o-Velho.-----

----- Quanto à questão da interpelação da Dr.^a Maria João sobre os PREPAV, dar-lhe nota do seguinte, eu não sei o que quer consultar, se quer consultar o procedimento prévio aos procedimentos concursais, ou se quer consultar os dois. Quando quiser, os serviços estão à sua disposição para os consultar, sendo certo que os procedimentos concursais ainda estão em curso, para tanto deve dirigir-se aos serviços quando quiser e pedir a consulta dos procedimentos. -----

----- Os procedimentos concursais devem ser solicitados aos presentes júris ou seja, no dia em que vier, programa-se e faz a consulta dos processos, de todo o procedimento, com os serviços quando quiser, sem qualquer problema.-----

----- Quanto à questão da interpelação do Senhor deputado Francisco Nobre sobre segurança

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

rodoviária, semáforos avariados. É verdade. Todos os dias e, está aqui a senhora chefe de Divisão eu lhe falo neste assunto e a resposta é sempre a mesma. -----

----- Eu vou explicar aos seus deputados, o que é que se passa com os semáforos municipais. Nós nunca tivemos ninguém formado para reparar, não temos Engenheiro Eletrotécnico para reparar semáforos e, portanto, o nosso electricista só sabe reparar pequenas questões elétricas. Neste país existem duas empresas que fazem a manutenção dos semáforos, só que nós não podemos chamar as duas empresas para reparar qualquer um dos semáforos, só podemos chamar a empresa que tem o hardware daqueles semáforos. Porquê? Porque se eu chamar a outra empresa substitui tudo o que lá está dentro da caixa, custa um balúrdio à Câmara e, o resto da instalação é da outra empresa e, quando avaria, eu já tenho ali uma grande confusão. -----

----- Portanto, estes dois semáforos pertencem à empresa Soltráfego ou seja, é a única empresa que tem o hardware para aqueles semáforos. Há requisição feita, podem consultar mas, infelizmente essa empresa ainda não veio e, eu não consigo, apesar de toda a insistência da Engenheira Isabel, que vai falar a seguir com autorização do Senhor Presidente da Assembleia, sobre a Estrada Nacional 111 e sobre o tipo de intervenção na mesma, porque é uma questão técnica. -----

----- Portanto, a questão que está aqui em causa nos semáforos é tão só esta. Nós não podemos chamar a outra empresa porque senão eles substituem tudo, porque o interesse deles é apanhar os semáforos, só que, como não conseguem substituir todo o circuito, depois aquilo dá confusão. -----

----- Eu vou chamar a atenção dos senhores deputados e há aqui pessoas de Arazede que sabem da grande confusão que tivemos na Bunhosa, porque no início do mandato, eu não sou daqueles que gosto destas esperas e, então impus que fosse lá a outra empresa. É evidente que aquilo ficou uma salada russa. Tivemos imensos problemas com os semáforos da Bunhosa, precisamente porque se misturaram componentes de uma empresa e de outra e, teve que vir a empresa original reparar e, ficou definitivamente reparado. -----

----- Estou aqui a falar com total transparência. -----

----- Sobre a Estrada Nacional 111, o prazo de execução das obras são 30 dias, não sabemos se vai ser cumprido e, pedia ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para autorizar que a Engenheira Isabel Quinteiro falasse, até sobre os semáforos e a Estrada Nacional 111.” -----

----- O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Ambiente e Obras Municipais, Isabel Quinteiro que disse: “Só uma explicação muito rápida. Efetivamente, Quinhendros já tem uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2018, junho, 29***

requisição externa para o fornecedor. Estamos a aguardar que se desloque para fazer a reparação. O estrago aconteceu na sequência de um acidente, já foram reclamados os danos ao autor do acidente.-----

----- Na Boleta, a situação aconteceu ao mesmo tempo que aconteceu a situação de Tentúgal, no seguimento da trovoada que houve. Em Tentúgal não se queimou nada, foi possível o nosso electricista por a funcionar, na Carapinheira, infelizmente isso não aconteceu, estamos a aguardar que a empresa venha ao local e que nos dê orçamento para fazer a reparação.-----

----- Se me permitir, eu aproveitava e dava esclarecimentos sobre todos os pontos que foram aqui abordados da minha área. -----

----- Portanto, as obras na 111 são efetivamente com um prazo de 30 dias, contados, salvo erro, a partir de terça-feira desta semana. Um prazo excecional concedido ao empreiteiro para fazer os trabalhos.-----

----- Quanto à sinalização, ela foi aprovada, a foi verificado também, juntamente com a GNR que esteve no local no dia do início dos trabalhos e, portanto, foi concertado com eles toda a sinalização que foi colocada ao longo da via. Se, obviamente, entenderem sugerir aos serviços algum melhoramento, estaremos abertos a essas sugestões. -----

----- Relativamente à questão colocada, no que diz respeito a Santo Varão do arame farpado, a Junta de Freguesia fez-nos chegar uma informação que deu entrada no passado dia 25, neste momento já houve um técnico que foi ao local, verificou que efetivamente é verdade a colocação de arame farpado, embora ele esteja colocada a uma altura que não se considera ser de grande perigo, portanto, poderá não cumprir os dois metros de altura. A reclamação vai ser remetida às Infraestruturas de Portugal, que é a entidade competente para apreciar. No que diz respeito à Câmara vai solicitar que sejam dados esclarecimentos no que respeita àquelas propostas que a Junta de Freguesia apresentou em reunião havida com as referidas Infraestruturas e com Executivo Municipal.-----

----- Relativamente à Urbanização da Luz, eu gostaria de ter uma resposta já para dar aos senhores deputados municipais, mas efetivamente ainda não foi possível, porque é preciso segregar do processo, todas as obras que são possíveis de executar sem comprometer o projeto de loteamento que foi aprovado.-----

----- Relativamente à estrutura metálica da Carapinheira, aquilo que eu posso referir e do conhecimento que tenho do processo é que deu entrada neste ano já, um pedido de licenciamento do outdoor e da estrutura metálica, que passou pelos meus serviços, que foi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

apreciado e, que neste momento posso referir quem é a empresa que fez o pedido, é o Olhar Cintilante e, portanto, quanto às investigações e às acusações que foram aqui colocadas, quanto a isso não me posso pronunciar.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Sobre esta questão da 111 falta responder e, a Eng.^a Isabel não respondeu, que o tipo de obras são obras de manutenção da 111, que já estavam contratualizadas antes de eleições e, que, infelizmente, o empreiteiro em causa aliás nós chegamos a fazer proposta de rescisão do contrato. O empreiteiro em causa, que é recorrente também, vai aos concursos e depois ganha os concursos e não executa as obras e, portanto, são obras de conservação da 111 e são obras que têm que se fazer em pequenos troços porque é efetivamente uma calamidade intervir na 111 em termos de trânsito.

----- Eu reconheço que desta vez, o desvio trânsito está a ser feito em segurança, é óbvio que com imensos incómodos para as pessoas. -----

----- Eu quero-vos anunciar que aquela “carinha” e aquele objeto que tem à entrada de Montemor que tem uma “carinha” que limita a velocidade, também controla o tráfego de viaturas, são mais de 4.000 carros que passam por dia. -----

----- Portanto, é manifestamente impossível um dia destes fechar a 111 para se fazer grandes reparações. Tem que ser feito assim. Vão ser feitas várias intervenções nos sítios mais críticos da 111, mas de manutenção ou reparação, porque a 111 não está em perigo do que quer que seja.

----- Em relação à questão dos placares, efetivamente há uma coisa que eu aqui quero dizer sobre os placares e, se for preciso eu faculto as contas da candidatura do Partido Socialista. O Partido Socialista arrendou estruturas. Fez locação de estruturas. Arrendou que é o termo correto, o termo jurídico não é esse, é locação. -----

----- Portanto, já pedimos insistentemente que retirassem as mesmas. Já de agora, também há estruturas no Concelho da Coligação da maioria e, é bom que se retirem também. -----

----- O que está aqui em causa, não é nenhuma ilegalidade, senhor Bruno Ferrão. Qualquer ilegalidade que Vossa Excelência detete, deve denunciá-la às entidades competentes, faça-o diretamente, faça-o como quiser. Agora, não diz que é uma ilegalidade só porque lhe apetece. -

----- Aquilo que concluiu, já nós concluímos há muito tempo. O Senhor Presidente da Junta da Carapinheira tem aquela estrutura e autorizou que aquilo fosse feito, é evidente que mal e, portanto, ele não está cá, tenho pena, o titular da publicidade tem o processo de licenciamento aí em curso. -----

----- A questão da ilegalidade da Junta deve denunciá-la, faça aquilo que entender. Eu não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

vou aqui pronunciar-me sobre isso. Agora, não ande aqui a levantar suspeições sobre tudo e todos parece que nós somos pessoas criminosas que fazemos aqui ilegalidades “a torto e a direito.” -----

----- Portanto, faça favor de fazer a denúncia a quem entender. Não é assim que eu vejo a política, mas tudo bem. -----

----- Relativamente à intervenção do deputado Marcelo, nós negociámos com a REFER, um conjunto de soluções para a passagem dos peões e, aguardamos que a REFER nos faça, digamos que, a proposta final, porque é bom que se perceba, que o espaço onde vamos intervir é na REFER ora, a Câmara não pode chegar lá e fazer as obras na REFER. Eu até sei que o Senhor Presidente da Junta que está a ser pressionadíssimo, sabe o orçamento dos elevadores são 50.000€, 60.000€. Nem é esse o valor, sequer, que está aqui em causa, o problema é que nós não podemos ir fazer obras no espaço da REFER e infraestruturas da REFER. Portanto, nós aguardamos e, como disse a Senhora Eng.^a Isabel, estamos a aguardar que a mesma entidade nos responda. Nós insistimos, nós fazemos tudo, agora não podemos ir à força, chegar lá e fazer as obras em propriedade alheia.-----

----- Quanto à Urbanização da Luz nós, Câmara Municipal e Junta de Freguesia, fazemos o que é possível mas, há lá umas pessoas naquela freguesia que por tudo e por nada ou seja, querem que nós tenhamos uma solução para o problema das ervas, as ervas levam monda química, parece que o Senhor Presidente da Junta tem um processo a correr porque pôs monda química e, como há lá uns floristas, querem ver a erva crescida. Portanto, isto não é fácil resolver o problema. -----

----- Dar-lhe nota também, Marcelo, que nós estamos ainda em negociações e espero que elas terminem ou vão a bom porto, onde a câmara disponibilizou os mais de 240.000€ que foram apropriados indevidamente pelo Executivo do Dr. Luís Leal, à empresa que quer continuar a construção dos lotes, para acabar as infraestruturas, mas como disse a Eng.^a Isabel, há Infraestruturas e, não é um processo meu, do meu executivo sequer, que não se podem fazer. É a mesma situação de outra Urbanização aqui que levamos a bom porto as negociações e conseguimos concluí-las com êxito, com a intervenção do Tribunal fizemos tudo limpo. Agora é preciso é que este problema, este embrulho que nós herdamos, se desembrulha. Este, o da Urbanização da Quinta de São Luiz, todos estes embrulhos, têm que se desembrulhar um dia. -

----- Não é fácil e, já dei indicações de que se deveria levar isto, inclusivamente a Urbanização da Quinta de São Luiz, para tribunal porque isto é uma vergonha. Agora, porque nós queremos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

resolver a bem e, achamos que é a melhor solução, porque nós queremos que aqueles lotes sejam construídos e sejam edificados e, portanto, não podem ficar assim e, queremos que empresas lá se instalem e que façam a construção dos lotes e, por isso é que estamos a aproveitar estas negociações que ainda temos pessoas interessadas, para que aquilo tenha uma solução como a tivemos em Montemor.-----

----- Em Montemor, as coisas correram melhor e, portanto, iniciamos as negociações e já estão as obras a ser executadas. Transferimos a verba para o tribunal e as obras já estão a ser executadas e, portanto, é a resposta que eu tenho sobre essa questão.-----

----- Quanto à questão do vídeo, Celeste, eu não tenho nada contra o Agrupamento. Eu tenho, contra algumas coisas que são feitas, como o Agrupamento tem contra algumas coisas que eu faço. Portanto, dentro de um espírito democrático, nós fazemos críticas uns aos outros, alguns não entendem, mas, pronto, isso é outro problema. -----

----- O vídeo nasceu de uma teimosia minha e da Dr.ª Diana, porque o Agrupamento não foi solidário com o vídeo, não quis fazer um vídeo. E, o vídeo tem um propósito único, se virem houve um imenso cuidado para que não tivesse qualquer conotação política e não tem. Por mais que espremam. Vejam de um lado para o outro, de trás para a frente, da frente para trás, numa postura muito séria, nós evitamos ao máximo qualquer conotação política. O vídeo tem um único propósito, numa mensagem inteligente, porque nós estamos a lidar com pessoas inteligentes, sensibilizar as pessoas para que acreditem nas escolas do nosso Concelho, para que mantenham os seus filhos cá, para que mantenham os seus filhos nas nossas escolas. E, aquilo que foi feito no vídeo é tão só isso, sensibilizar as pessoas, de uma forma inteligente, em mensagem subliminar e, por isso não fazemos mensagem publicitária. Porque há várias maneiras de fazer publicidade ou de fazer marketing, como viram no jantar dos empresários, aqueles que foram, o marketing agressivo, o marketing de pressão. Nós fizemos de uma forma muito subtil a mensagem e o vídeo é um sucesso. -----

----- Tinha uma limitação de tempo, porque este tipo de mensagem têm que ser bem feito e, foi feito por um profissional, nós não dissemos que queríamos aquela escola ou outra e, portanto, se tem equipamentos do passado ou não, ainda aparecem lá os equipamentos do passado, é bom sinal, é sinal que não tem conteúdo político. É sinal de que este executivo está para além do passado. Já deixou de falar na história, só fala na história quando alguém o relembra e, só estou a falar na história porque vocês me lembraram.-----

----- Portanto, a questão do vídeo está esclarecida.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- Quanto à questão da Freguesia de Liceia colocada pela Dr.ª Celeste, a quem compete a limpeza da linha. A limpeza da linha compete às Infraestruturas de Portugal e, está notificada para o efeito.-----

----- Vou dar-lhe uma nota que me parece ser útil. Está a ser estudada pela CIM-RC, mas o Executivo de Montemor já estava mais à frente. Está neste momento, nas mãos da Dr.ª Andreia Lopes, duas propostas de Protocolo com as Infraestruturas de Portugal. Uma, para nós tomarmos conta de toda a linha que passa no Concelho de Montemor e, vamos limpá-la e, vamos fazer com que ela seja aproveitável para os passeios pedonais. Vai ficar em touvenant, este é o projeto da Câmara de Montemor. Tem outro Protocolo, que tem a ver com aproveitamento da Estação de Arazede para em parceria, em princípio com a Junta, ou não, fazer um museu ou fazer ali algo que possa ser útil aos Arazedenses, que possa dinamizar também aquele espaço e, também vamos promover a travessia, para criar alternativa à Rua de Baixo para, de uma vez por todas, também resolvermos esse problema. -----

----- Celeste, a limpeza provavelmente não está a ser feita, apesar das Infraestruturas de Portugal estarem notificadas, porque efetivamente nós estamos a analisar um Protocolo. Quando nós lidamos com as Infraestruturas de Portugal, é sempre a luta da formiga contra o elefante e, portanto, nós estamos a depurar o Protocolo para que não seja prejudicial à Câmara e aos Executivos vindouros, eu tenho pelo menos essa preocupação.-----

----- Mas fica com estas notas e, também com aquela outra que eu comecei por anunciar e depois não conclui. A CIM-RC, através de uma proposta do Senhor Presidente da Mealhada, está também a pensar fazer uma ciclovía naquele espaço e, portanto, independentemente de tudo, poderá acontecer também que haja uma via ciclável, pelo menos com os Concelhos de Figueira, Montemor, Cantanhede e Mealhada naquela linha e aí sim, será uma candidatura que será feita e levará outro tipo de pavimentação, já ciclável, mas isto já é um projeto da CIM. -----

----- Não sabemos ainda se vai ser aprovado, mas independentemente disso, eu já dei ordens aos serviços para que nós tomemos conta da linha e ali transformemos, com recursos próprios, aquele espaço numa via pedonal para que as pessoas possam fazer as suas caminhadas noturnas. Sem iluminação. Também já me pedem iluminação, já me pedem todo um conjunto de coisas. Não é possível fazer iluminação. É possível fazer isto que eu estou a dizer.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Como é habitual eu vou encerrar o ponto 1. Vamos passar ao ponto 2. da Ordem de Trabalhos, mas eu dou a palavra na mesma aos Senhores deputados municipais que gostam muito deste período da ordem dia e, não sei se o Regimento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

da Assembleia deva ser alterado para dizer assim: Período de Antes da Ordem do Dia – 10 horas; Ordem do Dia 30 minutos”. -----

----- **Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

----- Pede a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “No âmbito das declarações do Senhor Presidente da Câmara queria-lhe questionar quais são as estruturas metálicas e onde estão as estruturas metálicas da Coligação.

----- O Senhor não deve falar assim, porque não é assim que estou a falar consigo, não é virar-se para mim e “descubra-as”. Porque se o Senhor estava a dizer há pouco ao meu deputado, que a ele lhe faltava substrato, faltava-lhe isto tudo, ao Senhor falta-lhe educação, porque não é falar para mim com o braço esticado, e para eu descobrir as coisas. Isso não é postura de Presidente de Câmara. Eu estou-lhe a fazer uma pergunta séria e de uma forma educada e só esperava era que o senhor fizesse exatamente a mesma coisa. Mas, pronto, quanto a isso não podemos esperar muito.-----

----- Eu vou continuar Senhor Presidente, se me permite. -----

----- Gostei muito de ouvir essa questão que estava a falar das Infraestruturas de Portugal, sobre ficar com a gestão dessas linhas. Devia também ter a mesma vontade de com a APA, ficar também com a gestão das Estradas do Campo e dar dignidade àquelas estradas, para que realmente aquelas situações fossem resolvidas e para darmos dignidade ao nosso Concelho, porque aquilo é uma entrada do Concelho e continua sempre da mesma forma, sem o problema resolvido. -----

----- Vou continuar a minha intervenção, agora sim, no ponto 2. da Ordem de Trabalhos, se me permite, gostava que me fosse esclarecida uma circunstância. Na informação escrita, foi mencionado por diversas vezes já, a questão do Plano Inovador do Combate ao insucesso escolar e, de facto, parece a esta bancada que esta é uma questão muito importante e pertinente e necessária. Agora, eu não percebi, mas se calhar o problema será meu, é que para esta candidatura falam aqui dos serviços de fisioterapia e, eu não percebo onde é que a fisioterapia se enquadra no combate ao insucesso escolar e, gostaria de facto, de ter aqui algumas informações a este nível. Perceber quantos técnicos é que são, o que é que fazem, como é que fazem, a estrutura do programa, o que é que vão fazer, qual é o plano de atividades que está proposto. Todas essas circunstâncias, gostava que me fossem explicadas e quem é esta equipa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2018, junho, 29***

multidisciplinar que está a tratar destas questões.” -----

----- Pediu a palavra o membro António Torres (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “No seguimento do esclarecimento que o Senhor Presidente estava a dizer, eu estava agradado com essa mensagem e, já agora também, não se esquecer que da margem esquerda existe também lá uma praia fluvial que possivelmente deverá ter alguma resolução penso eu, porque aquilo a meu ver, praia deve ser só o nome. -----

----- Associado à praia fluvial tem a ver precisamente com a questão do arranjo eventualmente da Feira, de poder ter algo ali também de alguma intervenção. -----

----- Perguntar, se eventualmente na estrada do rio entre Pereira e Santo Varão, se poderá haver intervenção da parte da Câmara, não digo já sabemos que não há na questão do piso mas, eventualmente haver nas partes laterais, porque dá a entender que aquilo praticamente, se aquilo continuar assim, é um túnel quase vedação e, se os carros ao cruzarem uns com os outros, aqueles arbustos riscam os carros. -----

----- Por último, tentar perceber se pode dar alguma notícia, acerca de umas obras que estão a ocorrer à entrada de Pereira pelo lado do Rio, ali, como nós lhe chamamos, a vala da Silvina, que quando se sai da rotunda da Percampo, do lado direito, há logo ali umas obras, tentar saber se o Senhor Presidente tem alguma informação para prestar, a que é que se devem aquelas obras.” -----

----- Pediu a palavra o membro Marcelo Ferreira (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Há pouco esqueci-me de fazer uma pergunta ao Senhor Presidente. Acabou o Ano Letivo e vai começar o próximo. Eu queria saber qual é a situação da Escola de Formoselha para o próximo ano.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Em primeiro lugar, gostava de informar que é sabido e foi anunciado, que existe uma inspeção a decorrer da Inspeção Geral de Finanças e, gostaria também dar a conhecer a todos os deputados, como dei a conhecer ao meu Executivo, que se encontra a decorrer também uma inspeção da ERSAR, tanto aos Serviços, como Financeira. Esqueci-me de dar essa informação anteriormente. -----

----- Quanto à questão das estruturas, longe de mim, Dr.ª Maria João, querer ofendê-la e, vou-lhe responder pelo menos em duas situações. Eu não queria era fazer isto que vou fazer agora, mas vou ter que o fazer, porque me custa um bocado e, eu não gosto deste tipo de política, mas já que vocês gostam, eu também vos dou rebuçados. -----

----- Temos uma estrutura aqui à beira do Tribunal, averiguem se foi utilizado em campanha

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

pela Coligação. -----

----- Também gostaria que averiguasse, uma infraestrutura que existe ali em Pereira, na entrada da Urbanização da Quinta de São Luiz, da estrada para a Torre e que tem uma tela com um número de telemóvel, já agora averigue o número de telemóvel, porque se calhar o deputado Bruno Ferrão, também terá que denunciar essa ilegalidade. -----

----- Eu não gosto de fazer política assim. -----

----- Averigue de quem é essa infraestrutura!” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Senhor Presidente da Câmara, Senhores deputados municipais, Senhor deputado António Torres, eu muito honestamente, admitindo que possam trazer tudo o que entenderem, tragam as questões na vossa ordem de intervenção, eu tenho dado liberdade, até demasiado, para que todos digam o que quiserem atender, mas façam-no de forma correta. Cada um no direito da sua intervenção. Eu posso dar-lhe a palavra a seguir, sabem que às vezes, sou demasiado “mãos largas”, mas por favor não abusem, porque também tenho enfim, este poder de cortar a palavra e, interromper quando acho que o devo fazer.” ----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “Sobre esta questão dos placares eu vou dar uma explicação, que eu não queria dar, porque eu com propaganda política e com placares de propaganda política seja de que partido for, eu não me costumo meter, nem gosto de me meter e, por essa razão não me tenho interessado por estas questões nem ando aqui preocupado com isso e com as tais supostas ilegalidades. Porque se eu me meter na questão da propaganda política a coisa entorna toda e, eu não gosto, sinceramente não gosto. -----

----- Senhores deputados municipais, se eu estiver errado, façam favor de me corrigir, é a informação que eu tenho, são as denúncias que eu tenho e que eu nunca chatee ninguém. ----

----- Senhor deputado Bruno Ferrão, eu não tenho nada a ver com a estrutura metálica da Carapineira e, as insinuações são graves e, é só por isso que eu estou a fazer isto, porque eu não gosto deste tipo de política. -----

----- Quanto à questão das estradas do campo, eu já repetidamente disse isto. Eu tenho um programa eleitoral que foi sufragado nas urnas. Eu não tenho no meu programa eleitoral as estradas do campo para negociar com a APA. Não tenho promessa eleitoral com as estradas do campo. Se os senhores deputados da Coligação entenderem que essa é uma vantagem eleitoral, façam campanha com isso. Eu não tenho! -----

----- E já agora para que não andem a fazer a figura que eu muitas vezes faço, eu vou-vos contar um segredo que é verdadeiro. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- Como é sabido, a Câmara de Montemor candidatou-se a um financiamento e foi contemplada com 800.000€ para fazer trabalho no território da APA e que é da competência da APA e, nós vamos pagar a comparticipação privada nacional dessa candidatura, pois acreditem que andamos há mais de dois meses à procura do Protocolo, a falar com toda a gente na APA para que saia o Protocolo, para que possamos iniciar os procedimentos de contratação e a própria candidatura. Não é fácil lidar com este tipo de instituições. Não é fácil trabalhar com este tipo de instituições, porque efetivamente são instituições muito fechadas e, como eu disse e, volto a repetir, nós estamos a tentar, por todas as vias, ter esse Protocolo para podermos intervir naquele espaço, porque não podemos intervir em espaço, sem esse Protocolo e, ainda não conseguimos. Não é fácil.-----

----- Estradas do campo, eu vou deixar de responder a essa pergunta, porque eu não tenho isso no meu programa eleitoral e não posso incluir algo que custa milhões de euros e que vai prejudicar todos os restantes habitantes do Concelho, quando não é da competência desta Câmara. Eu, intencionalmente, não meti isso no meu programa eleitoral. -----

----- Vocês excelências têm todo o direito de reclamar e, a partir de hoje, não irei mais responder a questões sobre a estrada do Campo, que não faz parte da minha candidatura, do meu programa eleitoral como obra estruturante do Concelho. -----

----- Quando muito, analisar aquela obra lateral ao Centro Náutico, que eventualmente, se conseguir resolver o problema da adutora, que custa mais de um milhão de euros, a sua proteção, se eu conseguir resolver de outra maneira, vamos tentar ver se aquela via pode ser circulável, agora tudo o resto não faz parte do meu programa eleitoral e, eu não tenho que cumprir o programa eleitoral de ninguém.-----

----- Não falarei mais sobre este assunto.-----

----- Quanto à questão do insucesso escolar é uma candidatura da CIM, é um programa da CIM, os serviços que lá constam são aqueles que foram solicitados pelo Agrupamento de Escolas, onde havia necessidades. Não fui eu que inventei, não fomos nós que inventamos, foi solicitado ao Agrupamento de Escolas.-----

----- A CIM-RC solicitou à Câmara. A Câmara solicitou ao Agrupamento de Escolas onde é que havia carências, onde é que havia necessidades, foram-nos dadas as necessidades e nós reportamos à CIM. A CIM fez candidatura, a mesma foi aceite e a Câmara está a operacionalizar a candidatura. -----

----- O grupo de trabalho é aquele que a CIM estipulou, é aquilo que consta da candidatura

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

da CIM e, nós estamos a executá-lo e, estamos a executá-lo dentro das possibilidades que temos e, e vamos executá-lo cada vez melhor.-----

----- Também quero dizer que esta candidatura é por objetivos e, por aquilo que sei, mesmo só, estando ainda muito precoce o início dos trabalhos, já há algumas coisas bem-sucedidas, já há alguns resultados bem-sucedidos, em relação a algumas situações, independentemente, de estar no início.-----

----- Quanto à questão da Praia Fluvial, ainda agora e, eu peço desculpa de estar distraído mas, estava distraído com algo muito sensível. É um assunto que eu tenho estado a acompanhar por telemóvel e, peço desculpa de às vezes estar distraído.-----

----- Está a haver um surto de doenças do ponto de vista gástrico, com pessoas que têm frequentado o Pontão da Ereira e, não se sabe o que é que se está a passar. São muitas crianças, muitas pessoas que estão a ser vítimas de algo que não se conhece. A recomendação que eu dei é que a mesma fosse preventivamente encerrada. Porque efetivamente é uma situação que nós não sabemos o que é que se está a passar. Inclusivamente, até a minha própria filha, recebi mensagem que foi afetada por isso.-----

----- Portanto, praias fluviais, Senhor António Torres, ali naquele sítio esqueça. No meu mandato, não.-----

----- Quanto à questão dos arranjos exteriores, nós estamos a tentar negociar, há ali um imbróglio. Aquilo está entregue à Junta, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia sabe, nós não podemos ainda anunciar, nós estamos a tentar trabalhar uma solução muito interessante para aquele espaço e, muito brevemente, se se concretizar, vai ser um sucesso em Pereira, tenho a certeza que os Pereirenses vão ficar muito agradados.-----

----- Mais uma vez, está aqui o Senhor Presidente da Junta, iniciativa do Presidente da Câmara que lhe telefonou e que ele imediatamente veio ter comigo para aproveitar um empresário que estaria disponível para investir no Concelho e, portanto, é assim que eu faço. É a vida. Podem-me criticar, mas é assim que eu estou na vida.-----

----- Também agradecer a disponibilidade do Senhor Presidente da Junta que veio imediatamente. Deixou tudo o que estava a fazer para vir ter comigo, porque os empresários tanto estão aqui, como não estão.-----

----- Se se concretizar vai ser algo muito interessante. É evidente que eu não sei qual vai ser o final até porque já estivemos reunidos na Câmara, existem problemas urbanísticos de utilização daquele espaço e a CCDRC é muito conservadora nestas coisas e, portanto, se aquele

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

espaço vai abaixo, depois pôr lá outro, já não será muito viável. Isto é terrível e há aqui um deputado que trabalhou na CCDRC, que sabe o que estou a dizer e, portanto nós andamos com “pinças” para tentar resolver o problema porque aquele espaço é interessante e, aquela coisa que nós temos para ali é impecável, só que vamos ver se não criamos muitas “ondas” para que não se defraude.-----

----- Marcelo, quanto à escola de Formoselha, votei contra, voto contra e, portanto, ela vai encerrar, mas não e por mim, eu votei contra.-----

----- Levamos o assunto ao Conselho Municipal de Educação para que houvesse mais democraticidade. O Presidente da Câmara e o Presidente da Junta de Freguesia, votaram contra, manifestaram-se contra, disso foi informada a DGESTE. Penso que vai encerrar. Eu sou contra! -

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Senhor Presidente muito obrigada pelos seus esclarecimentos. Dizer que vamos investigar, muito embora estava aqui o Vereador Aurélio, que me estava a fazer sinalização que nenhuma das estruturas seria nossa, contudo, vamos investigar essa situação. -----

----- Senhor Presidente, agora vou apresentar um requerimento. -----

----- “*Requerimento*-----

----- *Pedido de Consulta à Câmara Municipal do processo relativo ao Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.* -----

----- *Uma vez que não fiquei completamente esclarecida em relação a esta questão deste programa e, sendo a área da educação muito grata para todos nós, uma vez que a escola é o sítio onde crescemos enquanto jovens e cidadãos, sendo um pilar fundamental e decisivo na transformação da sociedade e no desenvolvimento das gerações futuras.* -----

----- *Neste contexto, entende a Bancada da Coligação que este plano de combate ao insucesso escolar será mais uma ferramenta importante para os alunos contudo, gostaríamos de ter conhecimento mais aprofundado sobre este plano ao nível do Concelho e, nestes termos a Bancada Coligação vem por intermédio da mesa da Assembleia Municipal pedir ao senhor Presidente, que se digne solicitar à câmara todas as peças relativas ao processo relativo ao plano inovador de combate ao insucesso escolar nomeadamente, candidaturas, objetivos gerais e específicos, as escolas do concelho que vão são abrangidas, as faixas etárias das crianças, o plano de atividades, quem, é o gestor de projeto, quem é que vai avaliar os seus resultados, por que tempo vai decorrer, quantos técnicos fazem parte deste projeto, as suas áreas de formação, o modo de seleção que fui escolhido, de modo a termos uma opinião mais fundamentada sobre o*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

projeto em si. -----

----- Requeremos ainda, para sermos avisados, logo que esteja disponível para consulta.” ---

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Se quiser todo esse processo pode-lhe ser facultado escrito. A esmagadora maioria da informação solicitada pode-lhe ser prestada por escrito, se quiser.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Naturalmente que o requerimento depois será enviado à Câmara Municipal, com base naquilo que está escrito. -----

----- Para que não restem dúvidas relativamente àquilo que o presidente da Assembleia Municipal vai fazer junto da Comissão Nacional de Eleições. -----

----- De todos os painéis que foram identificados nesta Assembleia, perguntar quem é o proprietário, não é? E questionar se a sua permanência se mantém legal ou não. -----

----- Julgo que é a solução que me parece mais adequada. -----

----- Segunda questão, para que também fique claro, relativamente ao Conselho Municipal de Educação em que o Presidente da Assembleia Municipal tem assento. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal, votou a favor do encerramento da Escola de Formoselha. E votou a favor do encerramento da Escola de Formoselha, dizendo o seguinte: ---

----- Eu sei que isto é discutível, mas na minha opinião, a Educação vai muito para além daquilo que é proximidade do estudante à sua casa. Isso é importante, mas mais importante é a integração do estudante, a integração daquilo que deve ser o ensino, a integração daquilo que devem ser as condições de ensino e, sobretudo, aquilo que eu reivindiquei nessa reunião, que me parece, isso sim, abusivo da parte de quem organiza, não haver turmas para cada nível na EBI de Pereira. -----

----- Disse isso, afirmei-o e disse mais. Disse que se isso fosse conseguido, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo Varão, poderia e deveria reivindicar esses louros para si. Que fique claro, quais são também as posições do Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho. -----

----- Vale o que vale, mas é isto. Também para dizer o seguinte: efetivamente não vi manifestação nenhuma, daqueles que potencialmente seriam mais interessados, que pura e simplesmente, não participaram na reunião que foram os representantes das Associações de Pais e isso, confrange-me, disse-o na altura, disse-o porque é aquilo que sinto. Nós falamos de educação, queremos educação, lembrem-se que eu próprio tenho uma noção, que um dia haveremos de fazer uma Assembleia Municipal sobre educação, porque como sabem, já o disse,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

afirmo e reafirmo: se não fosse a educação, se não fosse a escola pública, eu não estava aqui hoje a presidir a Assembleia. -----

----- Portanto, na minha modesta opinião, quando a tenho, dou-a, independentemente de parecer estranho àquilo que aconteceu no Conselho Municipal de Educação, que é votar contra, em sentido contrário ao meu Presidente da Câmara.”-----

----- A AM tomou conhecimento e deu como apreciada a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

----- **Ponto 3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Prestação de Contas Consolidadas Exercício Económico de 2017.**-----

----- O PMAM, a solicitação do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao Chefe de Unidade de Finanças e Património, Cristiano Santa Rita que disse: “O que vem aqui para ser apreciado e votado, são as contas consolidadas do Município.-----

----- Esta consolidação resulta do artigo 75.º do RFALEI sobre a epígrafe “Consolidação de Contas”, em que de acordo com os números desse mesmo artigo, por o Município participar na entidade WRC, que de acordo com a Lei n.º 50/2012 foi considerado uma empresa local, portanto faz com que sejamos obrigados a fazer contas consolidadas. Não obstante a nossa participação ser apenas 0,55%. -----

----- Nesta consolidação de contas foi utilizado o MEP e, não é mais do que um ajustamento em sede da consolidação da conta 41 do Município.” -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se 25 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES-----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	Contra-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- António Monteiro Saltão-----	Contra-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Tiago Dinis Santos Silva-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Contra-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- António Augusto Santos Torres-----	Contra-----
----- Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte-----	Contra-----
----- Francisco José Couceiro Nobre-----	Contra-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	Contra-----
----- Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
----- Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	Contra-----
----- Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Contra-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
----- Alexandre José Lopes Costa-----	Contra-----
----- Nelson António Moreno Carvalho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	Abstenção-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- Ponto 4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

----- O PMAM, a solicitação do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Patrícia Mendes que disse: “Eu vou ser muito sucinta em relação ao documento, porque o documento esteve disponível. -----

----- Dizer-vos que este documento foi elaborado pela Dr.ª Fernanda Paulo Oliveira e pela Dr.ª Ana Cláudia Guedes, juristas de reconhecido mérito no âmbito daquilo que é o Direito do Urbanismo. Foi alvo de discussão pública e de discussão interna, dentro do Município ou seja, foi um documento extremamente discutido cá dentro, não tanto do ponto de vista daquilo que foi a participação pública porque como podem constatar daquilo que é o Relatório de Ponderação das Participações a nível daquilo que foi o interesse que as pessoas manifestaram, foi relativamente reduzido porque efetivamente não tivemos participação pública externa ou então efetivamente houve o reconhecimento que não havia lugar a fazer alguma correção ao documento. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- Os principais objetivos, as principais razões porque este documento vem é nomeadamente, daquilo que são as exigências legais, nomeadamente com a entrada em vigor do Decreto-Lei 555, que deixou alguma margem para esclarecimento e para transposição para Regulamento Municipal de algumas matérias, nomeadamente de ordem procedimental ou seja, o regulamento está estruturado, incluindo questões de ordem procedimental. Além das questões de ordem procedimental que vem esclarecer algumas formas de instruir processos que não estão presentes na portaria e que nos vão ajudar, depois a implementar, um conjunto de ações que a câmara também pretende. -----

----- Dizer-vos que também tem nas disposições materiais, além das disposições procedimentais, disposições materiais que pretendem sobretudo também ajudar a aperceber e integrar matérias que têm a ver com a dinamização, nomeadamente da componente económica e que se prendem, com o novo sistema de indústria responsável no sentido de ajudar a perceber a questão da compatibilização de usos.-----

----- Na parte da ordem procedimental e na parte das disposições materiais, dizer-vos ainda que um dos grandes objetivos também, que se pretendeu com toda a estrutura do documento, foi acima de tudo, ajudar a contribuir para a simplificação administrativa para a aproximação da administração aos cidadãos e às empresas, no sentido de nos permitir também, uma maior eficiência e eficácia e, no sentido de nós praticamente, estarmos neste momento, a fazer o primeiro passo com este regulamento, que nos permitirá depois conduzir a um processo de desmaterialização no âmbito da gestão urbanística e, conseqüentemente, mais tarde, com aquilo que se pretende que é, além do acesso no balcão, as pessoas também poderem ter acesso a estes serviços do ponto de vista da WEB ou seja, a partir a partir de casa, a partir dos escritórios dos técnicos. -----

----- Penso que referi quais são as principais linhas condutoras do documento”. -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Muito Obrigada à Senhora Arquiteta por todos estes esclarecimentos. ----

----- Eu de facto, estive a analisar o documento e, houve aqui algo que me chocou aqui que se prende com o artigo 58.º, sobre a conservação dos prédios. -----

----- Eu vou ler para Assembleia e, peço que todos os deputados tomem atenção ao que aqui está e o que é que isto representa para todos nós. -----

----- Todos os proprietários ou usufrutuários são obrigados de 8 em 8 anos, a proceder às seguintes beneficiações dos prédios:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- a) Reparar, caiar, pintar ou lavar fachadas, empenas, bem como muros de vedação de qualquer natureza barracões telheiros, etc. -----

----- b) Reparar os telhados ou cobertura das edificações. -----

----- c) Reparar as canalizações tanto interiores (eu repito interiores), como exteriores de esgotos e de escoamento de águas pluviais. -----

----- Reparar as escadas e quaisquer passagens de acesso aos prédios. -----

----- Lavar os motivos da ornamentação das fachadas das edificações quando estes existam.

----- Pintar as portas e caixilhos bem como os respetivos aros e gradeamentos existentes tanto nas fachadas como nos muros de vedação. -----

----- Proceder a reparações e beneficiações interiores necessárias para manter edificações em boas condições de utilização. -----

----- Sempre com base em vistoria, a Câmara Municipal verifica a necessidade de quaisquer outras beneficiações, notifica os proprietários para executarem dentro de prazo a determinar. -

----- Depois o artigo 59.º, que este então é espetacular. -----

----- Indicação dos prédios a reparar em cada ano (é espetacular mesmo, nunca tinha visto uma coisa assim). -----

----- Sem prejuízo do disposto no número 4.º do artigo 89.º, que tem a ver com o levantamento de uma infração por parte dos fiscais, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a Câmara Municipal torna público no princípio de cada ano, quais os prédios ou zonas que devem ser efetuadas as obras do referido artigo anterior. -----

----- Torna público! -----

----- Dá no artigo 60.º, um limite de 60 dias para as pessoas pintarem a casa, repararem as canalizações, lavar as escadas e etc. -----

----- Ora bem, isto é a análise que eu faço, depois vamos ver o Regulamento da Urbanização e Edificação, que foi a Lei habilitante para esta, em que nós vemos assim. -----

----- 1 - As edificações devem ser objeto de obras de conservação pelo menos uma vez em cada período de oito anos, devendo o proprietário, independentemente desse prazo, realizar as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético. -----
Depois, naturalmente aquelas que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas. -----

----- Ora então é assim, uma coisa é o que a Lei habilitante promove, que são questões que coloca em risco a edificação, as pessoas, a salubridade, a segurança. Outra coisa é nós estarmos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

aqui a criar uma prerrogativa em que, em primeiro lugar, vai criar guerras sem fim entre os vizinhos, porque quando as pessoas começarem a receber as notificações da Câmara, a dizer que o vizinho denunciou, que aquele pintou, o outro não pintou e um tem caixilharia assim o outro não tem. Isto vai criar guerras sem fim.-----

----- Ou então isto pode ser na ótica da obtenção de receita por parte do executivo na parte das contraordenações porque isto vai ser uma loucura.-----

----- Portanto, estão a motivar conflitos de vizinhança sem fim, depois não vivemos num concelho rico, bem muito ao contrário. Como é que as pessoas com reformas tão pequenas vão ser obrigadas a pintar uma casa? Como é que vão entrar no interior de uma casa? Isto é espetacular. Eu nunca vi uma coisa assim. -----

----- Só podem entrar no interior de uma casa com ordem do proprietário ou com ordem do tribunal. -----

----- Não sei como é que não viram isto, com tantas juristas que a Câmara tem e de renome com todo o respeito. É que isto é uma loucura, eu nunca vi uma coisa assim. -----

----- Mais, tornar públicos os prédios... uma lista dos prédios. Agora, com a Lei da Proteção dos Dados, vão fazer essa lista como? Vão identificar os prédios, as pessoas? -----

----- Eu fiquei completamente aterrorizada com isto.-----

----- Por isso é que fiz questão de ler isto aos deputados para perceberem o que é que está aqui em causa, porque os Senhores Presidentes de Junta é que depois as pessoas vão lá e dizem: “olha eu recebi esta carta da Câmara, então agora como é que eu resolvo isto?”, É que vão ser com eles que vão ter. -----

----- E depois, quando forem aplicadas contraordenações, isto e aquilo, eu quero ver depois qual é que já é a interpretação dos serviços em relação a estas matérias. Há aqui coisas que não têm sentido nenhum! Pintar portas e caixilhos? -----

----- Todo o resto são questões muito técnicas e acho que com certeza que terão toda a sua legitimidade e toda a sua correção, agora estas questões em particular, acho que isto devia ser retirado do Regulamento e, de facto, se isto não for retirado, a nossa bancada vai fazer uma proposta de alteração a este Regulamento.” -----

----- Pediu a palavra o membro Celeste Duarte (CDU) que disse: “Eu quase que me dispensava de fazer esta intervenção porque concordo completamente com o que a deputada Maria João acabou de dizer. Estes três artigos é de uma prepotência, de uma arrogância, e de uma falta de sensibilidade incríveis. Parece que não conhecemos a maioria das pessoas que vivem no nosso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

Concelho, com rendimentos desgraçados. Quer dizer vão deixar de comer para pintar a casa ou se calhar nem uma coisa nem outra, não sei. -----

----- Por outro lado, eu não sou jurista mas, isto de me baterem à porta, para irem ver o interior da minha casa, para ver como é que está, a mim ou a qualquer pessoa, parece-me que não é uma coisa assim tão fácil, que qualquer pessoa, qualquer trabalhador da Câmara, fiscais, possam entrar pela minha casa dentro ou de outra pessoa qualquer, só porque lhe apetece, só porque acha que eu possa lá ter dentro alguma coisa que não esteja de acordo. -----

----- Além disso, eu não sei, não sou especialista, mas parece-me que nem sequer é necessário licenças da Câmara para fazer obras no interior das casas, acho eu e, portanto, também não sei como é que os fiscais, fiscalizam o interior das casas, assim de qualquer maneira.

----- Chocaram-me estes três artigos de facto, é o que eu tenho para dizer.” -----

----- O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Patrícia Mendes, que disse: “Dizer o seguinte, relativamente às questões jurídicas de entrar dentro da casa ou não, não tenho formação necessária para conseguir responder diretamente.-----

----- Aquilo que está aqui no artigo 68.º, as obras periódicas de conservação e reparação, isto é decorrente da lei geral. O dever de conservação de oito em oito anos vem decorrente da Lei Geral e está estabelecido no RJUE.-----

----- Atenção que é assim.-----

----- É óbvio e, depreende-se que se a casa está pintada e se não precisa de pintura nova, essa é uma operação que não se impõe. -----

----- É certo que isto que está aqui descrito, é de alguma forma, para tornar inteligível e para descodificar aquilo que efetivamente está no Regime Jurídico. -----

----- É óbvio que se eu tenho o caixilho em bom estado, não o vou pintar. -----

----- É óbvio que as pessoas têm o dever de conservação de oito em oito anos e, isso decorre da Lei geral e, não é só neste artigo, mas há outros artigos que aquilo que este Regulamento pretende fazer é efetivamente descodificar e ajudar a perceber aquilo que está no Regime jurídico no geral.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “É evidente que aquilo que parece estranho à senhora deputada municipal e, como disse a Senhora Arq. Patrícia, decorre de uma coisa que se chama Regulamento Geral das Edificações Urbanas, Decreto-Lei 383/82 de 07 de agosto, com as sucessivas alterações.-----

----- Ninguém vai entrar em casa das pessoas, é óbvio. É evidente que existem questões de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

salubridade, de risco, em que a Câmara pode e deve intervir e, já hoje pode e, por isso mesmo aquilo que aqui está em causa, é precisamente identificar essas situações e concretizar o conceito que vem na Lei geral. -----

----- É evidente que a Câmara não vai a partir deste Regulamento passar a entrar em casa das pessoas como é que é sugerido. -----

----- Há situações e, eu lembro-me e nós temos algumas situações no Concelho, por exemplo, sempre que eu ia a uma procissão, e não vou identificar a casa, me chamavam a atenção para as questões do interior, da salubridade de uma casa, que era um armazém de roupa, uma coisa monstruosa e que punha em risco as suas próprias condições, punham em risco a saúde pública e a segurança das pessoas e, é isto que aqui está em causa, salvo o devido respeito.-----

----- Ninguém vai entrar em casa sem mandato judicial ou sem consentimento dos próprios, sendo certo que, aquilo que aqui se preconiza, é que a concretização da norma geral tenha alguma inteligibilidade, em particular a questão dos 8 anos. Nós entendemos que a degradação das pinturas, a degradação do parque urbanístico do Concelho, tem que ter uma outra abordagem. A forma como o vamos fazer não é à força, mas temos que ter instrumentos legais para que possamos intervir e justificar, primeiro com campanhas de sensibilização, depois todo um conjunto de intervenções que, efetivamente há pessoas que fazem o esforço por manter as suas casas esteticamente agradáveis e em bom estado de conservação e, depois aparece ali uma casa no meio, que defrauda. Imaginamos ali o centro histórico, o deputado Bruno Ferrão quer por as pessoas a circular na vila e, nós estamos a fazer um esforço e, há um conjunto de pessoas, que está a fazer um esforço de recuperar as suas casas até inclusivamente para ter o benefício ou incentivo e, fica ali uma casa no meio que não tem por parte dos seus proprietários o mínimo de cuidado e, nós temos que ter um instrumento legal que nos possa dotar dos meios necessários para poder intervir e, intervir em profundidade.-----

----- Para além de haver um conjunto de situações que são questões sociais e, vamos aqui falar de questões sociais. Ninguém vai pôr uma pessoa pobre que vive abaixo do limiar da pobreza a pintar a sua casa e a deixar de comer, mas por exemplo com esta norma, com esta obrigação, com esta concretização a Câmara Municipal através dos seus Serviços Sociais tem uma justificação para intervir, coisa que até hoje não tem. Eu estou a dar vários exemplos. Ninguém quer entrar em casa das pessoas à força porque, eu sou jurista, felizmente eu respeito a Lei, agora nós temos que ter instrumentos para que possamos atuar e intervir. -----

----- Aceito sugestões, podemos melhorar o texto, não tenho problema nenhum. A

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

Assembleia é que delibera, agora não podemos é deixar de cumprir a Lei ou deixar de ter instrumentos para poder atuar.”-----

----- Pede a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Solicito 5 minutos de interrupção para falar com a minha bancada”.-----

----- **Os trabalhos foram interrompidos por 5 minutos.** -----

----- **Retomaram-se os trabalhos, após 5 minutos de interrupção.** -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhores deputados, este Regulamento esteve em discussão pública durante 30 dias, não houve nenhuma sugestão mas, ainda assim, para mim, não tenho qualquer problema, causa algum transtorno à nossa Chefe de Divisão e ao processo de desmaterialização que ela está a operar, mas as normas em causa nem sequer contendem com o seu processo de desmaterialização, eu estou disponível para qualquer sugestão, para melhoria do documento, retiro o ponto se for preciso para que o mesmo possa ser melhorado, porque eu não sei se com as alterações introduzidas não ter que ir novamente a discussão pública. Naturalmente que fazem sugestões, ambas as bancadas, o ponto é retirado para aperfeiçoamento e, voltará depois da discussão pública à reunião de Câmara e sucessivamente à Assembleia Municipal.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Senhor Presidente, podendo concordar consigo na intenção, a forma de facto não deve ser essa, porque a proposta tem de incorporar as modificações que esta Assembleia, que é quem aprova e, são essas modificações que vão a discussão pública, a não ser que a Câmara, evidentemente, lhe acrescente mais algumas mas, não vamos retirar o ponto, porque retirar o ponto, significa que nós não incorporamos nada. Portanto, na minha perspetiva, o ponto não é retirado, as sugestões vão ser feitas e as bancadas, os membros da Assembleia, decidirão aquelas que vão ou não para discussão pública ou, se alteram ou não. -----

----- Tem a palavra a Senhora deputada Maria João Sobreiro, que tinha anunciado que ia fazer algumas propostas de alteração que, se bem entendi, elas versam sobre os artigos 58.º, 59.º e 60.º.” - -----

----- Usou da palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “De facto, aqui a bancada esteve a reunir e, nós entendemos que estes artigos, como já disse espelham aqui um abuso de direito muito grande e, nós entendemos o seguinte. Entendemos que o artigo 58.º deve versar exatamente *ipsis verbis*, o que versa a Lei Geral do Regulamento da Urbanização e Edificação, que eu passo a ler: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- 1 - As edificações devem ser objeto de obras de conservação pelo menos uma vez em cada período de oito anos, devendo o proprietário, independentemente desse prazo, realizar todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético. ----

----- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a câmara municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. -----

----- 3 - A câmara municipal pode, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas. -----

----- 4 - Os atos referidos nos números anteriores são eficazes a partir da sua notificação ao proprietário. -----

----- Esta era a minha alteração de proposta para o artigo 58.º, depois o artigo 59.º era retirado e o 60.º nestes termos já se podia manter ou seja, só nestas circunstâncias de salubridade, segurança, ruína ou perigo é que as pessoas eram notificadas para, no prazo de 60 dias úteis repor e dar início às obras. -----

----- Esta é a proposta da Coligação sobre a alteração ao Regulamento.” -----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: Supressão do artigo 59.º e que o artigo 58.º seja apenas e só o que está na Lei geral.” -----

----- Pede a palavra o membro Celeste Duarte (CDU) que disse: “Era precisamente o papel que eu trazia, portanto estou completamente de acordo. -----

----- Acho que os 4 pontos do artigo 89.º da Lei que tutela esta questão, respondem perfeitamente, porque, este artigo 58.º do Regulamento, eu até posso e quero acreditar nas boas intenções do Executivo, como o Senhor Presidente disse há pouco, só que ficam aqui abertos precedentes gravíssimos, no meu entender. -----

----- Nada do que aqui está fica penalizado se adotarmos estes quatro pontos e é possível a Câmara na mesma ter em conta as situações graves que se encontram aí, de segurança de ajuda da Ação Social da Câmara, nada disso fica comprometido substituindo o artigo 58.º pelo texto do artigo 89.º da Lei geral, na nossa opinião.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu não tenho nenhum problema em relação à proposta que foi feita pela Dr.ª Maria João mas, há uma nota que lhe quero dar. Não há necessidade de replicar aqui uma coisa que está na Lei geral. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- Portanto, a minha proposta é suprimir, pura e simplesmente os artigos e, pode-se votar, se quiserem. -----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Vamos lá a ver. Se a proposta do Senhor Presidente, for aceite isto é, os artigos 58.º, 59.º e, enfim tem que ser a Secção II – Da Conservação dos Prédios toda, porque reparem o artigo 58.º era uma especificação da interpretação da Câmara sobre a Lei geral, para que ficasse claro, certo? -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, está disponível, julgo que neste caso a Câmara, para suprimir o artigo 58.º. o 59.º por maioria de razão também, agora a questão está que, se fizerem a ligação. O artigo 60.º não pode ficar com a redação que tem e os artigos 61.º e 62.º a mesma coisa, por isso é que eu dizia suprimir toda a Secção 2. -----

----- Agora é preciso é ver isto com cautela, para perceber se a Secção II pode ser ou não toda suprimida. É preciso ver se depois tudo faz sentido.” -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Senhor Presidente, se calhar, de facto, era melhor recolherem o documento e depois agilizar essa questão, de modo a ficar tudo correto, porque estarmos, a retirar por completo, se calhar depois há coisas que não fazem sentido.” -----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Se eu bem entendo, a bancada da Coligação na Câmara, também está de acordo. Porque se retirarmos só o 58.º, parece que somos tontos, nós que aprovámos uma coisa que está a falar para trás e onde é que está atrás? Porque a conservação dos prédios remete para a Lei geral.-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “se me permitem, nós podemos fazer aquilo que é feito em qualquer diploma legal, vota-se na generalidade, a seguir na especialidade vota-se contra aqueles artigos por unanimidade, penso que até há unanimidade em retirar estes artigos. Portanto, a partir do momento em que se vota na especialidade contra estes artigos, o diploma vai ser renumerado e, a partir daí fica corretamente. É assim em toda a produção legislativa. -----

----- Já assumi aqui que era intenção da Câmara ter instrumentos legais para resolver alguns prolemas crónicos graves do Concelho. Eu nem sou insensível, até estou de acordo que possa haver alguma dureza, alguma agressividade nestes artigos, eu não estou contra a posição assumida pelas Bancada da Coligação. Para mim, nada me repugna na especialidade de retirar estes artigos”.-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Senhores líderes de Bancada, eu acho que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

ganhamos todos, se o Senhor Presidente me autorizar, a dar a palavra à Senhora Vereadora Dulce Ferreira, para nos dar a sua opinião. Desculpem-me os outros Vereadores, mas julgo que nenhum ficará melindrado por este pedido que eu fiz ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “Eu vou satisfazer o pedido do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e vou autorizar que a Senhora Vereadora Dulce possa intervir.” -----

----- Nos termos do n.º 3, artigo 48.º da Lei n.º 169/99, na sua atual redação, a Vereadora Dulce Ferreira fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente na minha opinião, o articulado do artigo 58.º, poderia contemplar a versão do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, porquanto retratar ou duplicar, também nada de mal vem ao mundo por referir ali e reforçar aquilo que se pretende para o Município. -----

----- O artigo 59.º, na minha opinião seria retirado e, o artigo 60.º acaba por retratar aquilo que o Regime Jurídico também ali tem, dos 60 dias. -----

----- A forma correta do documento prosseguir, juridicamente deve ser avaliada, do documento ter já hoje eficácia na aprovação, mas não sei se terá de voltar à discussão pública por esta razão, porque eu não tenho conhecimento nesta matéria, mas deveria ser feita, se calhar uma análise jurídica a essa implicação.” -----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Segundo o parecer que pedimos exatamente sobre essa questão é simples. Se alterarmos o texto, ele tem que ir a discussão pública. Se for para retirar, todo o outro texto já esteve em discussão. A minha interpretação, não sendo jurista mas, de vez em quando falando com eles é que todo o resto do texto já esteve em discussão pública, nós não alterámos uma vírgula, apenas retirámos e, nessa altura, trata-se de uma renumeração dos artigos e das secções e, não vejo necessidade de ir a discussão pública porque todo o texto foi a discussão, mas quem sou eu para emitir opinião. -----

----- Obrigada Senhora Vereadora, a sua contribuição foi importante. -----

----- Pede a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Senhor Presidente ainda bem que a Eng.ª Dulce acabou por falar, que é a nossa Vereadora e que trabalha na área e dá-nos aqui outro conforto. De facto, a mim e à nossa bancada, está aqui a transtornar um pouco retirar esta parte toda, portanto nós mantemos a nossa proposta que é o artigo 58.º ficar com o texto da Lei geral, retirar o artigo 59.º e manter o artigo 60.º e os restantes artigos da Secção II. -----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Nessa circunstância já tem de ir a discussão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

pública. Sinceramente preferia retirar toda a Secção II, porque a Lei geral já lá está. Se tivessem acrescentado alguma coisa, eu podia perceber mas, não tendo acrescentado nada, não vejo essa necessidade mas, isso sou eu. Cada um faz política como entender.-----

----- Pede a palavra o membro Celeste Duarte (CDU) que disse: “Só para dizer que a mim também não me faz muita impressão que o artigo seja suprimido até para evitar as questões da discussão pública, pelo seguinte: no que for omissivo aqui, segundo tenho ouvido falar, vai-se à Lei geral, não é? Enfim, falo de vez em quando, com quem sabe destas coisas por questões profissionais, no que aqui for omissivo, a Lei geral cobre. Para evitar o Regulamento ter de voltar para trás e nunca mais temos regulamento. É só por isso, para agilizarmos os trabalhos. Desde que se possa recorrer à Lei geral que é o que devia lá estar.” -----

----- Pede a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Eu também concordo aqui com a deputada Celeste mas, será que estes artigos que estão aqui, também não iam para além da Lei geral, não retratavam alguma coisa diferente? É que eu estes não os analisei. O que me chocou foram aqueles que eu chamei a atenção, depois o 61.º, 62.º e 63.º não sei se preveem uma coisa diferente porque eu não fui confrontá-los com a Lei geral.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Fiz agora uma coisa que detesto fazer que é importunar alguém nas férias. É opinião da Dr.ª Andreia Lopes, a nossa ilustre jurista, de que devem dar as vossas sugestões, devem ficar a constar e, depois, se verá se estes artigos são essenciais ou não à estrutura do Regulamento. Eu sou de opinião que não tem impacto rigorosamente nenhum na estrutura do Regulamento, mas isso, poderá ser avaliado pelos Serviços Jurídicos e ele virá novamente à Assembleia e, então serão os próprios Serviços Jurídicos a avaliar se tem impacto no Regulamento para ir ou não à discussão pública. Se não tiver impacto no regulamento, levamos novamente à Câmara e virá à próxima Assembleia Municipal”. -----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Não acrescentou nada que eu não tivesse dito, se preferem ter ali a questão da Lei geral, tudo bem porque, naturalmente se fica com a redação da Lei geral, terá de ir a discussão pública porque estamos a alterar, de facto, o que cá está. O que foi à discussão pública disse assim: “você faz isto, mas faz isto desta maneira” e, nós agora estamos a dizer: “faz isto”, portanto é uma alteração e, eu não tenho dúvidas que se fizermos isso, tem de ir a discussão pública.” -----

----- Foi posta a votação a seguinte Proposta/alteração ao texto do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, que deverá ser remetida à Câmara Municipal: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- Artigo 58.º -----

----- 1 - As edificações devem ser objeto de obras de conservação pelo menos uma vez em cada período de oito anos, devendo o proprietário, independentemente desse prazo, realizar todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético. ----

----- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a câmara municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. -----

----- 3 - A câmara municipal pode, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas. -----

----- 4 - Os atos referidos nos números anteriores são eficazes a partir da sua notificação ao proprietário. -----

----- Artigo 59.º - Para suprimir.-----

----- Os restantes artigos da Secção II deverão ser renumerados. -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta de alteração sugerida pela Assembleia Municipal, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- António Monteiro Saltão-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Tiago Dinis Santos Silva-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- António Augusto Santos Torres-----	A Favor-----
----- Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte-----	A Favor-----
----- Francisco José Couceiro Nobre-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- José António Pecegueiro Ferreira Serrano-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
----- Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	A Favor-----
----- Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
----- Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
----- Alexandre José Lopes Costa-----	A Favor-----
----- Nelson António Moreno Carvalho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- Ponto 5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de redução de taxas municipais relativo a licenciamento para alteração e ampliação de armazém (legalização), a requerimento de Cooperativa Agrícola do Bebedouro, para o lugar de Amieiro, da Freguesia de Arazede - Processo n.º 01/2014/79. -----

----- O PMAM, a solicitação do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Patrícia Mendes que disse: “Este assunto tem a ver com o pedido de redução de taxas que a Câmara Municipal propôs que fosse de 50%. -----

----- Tem também a ver com o reconhecimento da importância do ponto de vista económico para aquilo que é o desenvolvimento do Município. A Câmara efetivamente fez esse reconhecimento e, estando previsto no Regulamento Municipal que foi aprovado por esta Assembleia essa possibilidade, a Câmara decidiu remeter à Assembleia Municipal essa proposta de redução de taxas.” -----

----- Pediu a palavra o membro Telma Simões (PS) que disse: “A Cooperativa Agrícola do Bebedouro, é uma entidade sem fins lucrativos que através da cooperação dos seus associados visa satisfazer as suas necessidades obedecendo aos princípios cooperativos. -----

----- Ao longo de meio século, a Cooperativa teve como principal objetivo apoiar aqueles que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

dependiam do trabalho da terra nomeadamente, em áreas de atividades como a produção de leite, arroz e milho.-----

----- A cooperativa desempenha um papel de elevado valor no apoio à atividade agrícola, quer na prestação de todo o tipo de serviços relacionados com o cumprimento das obrigações legais por parte dos agricultores, formação profissional, fornecimento de fatores de produção, bem como tem um papel fundamental na manutenção da saúde pública.-----

----- A alteração e ampliação do armazém da Cooperativa contribuem para o crescimento e desenvolvimento do Município, potenciando uma Cooperativa mais ativa e dinâmica, tornando-se um display chave de toda a agricultura no Município de Montemor-o-Velho. -----

----- Deste modo, a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente no pedido de redução de taxas municipais relativo ao licenciamento para alteração e ampliação do armazém a requerimento da Cooperativa Agrícola do Bebedouro.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

VOTAÇÕES-----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- António Monteiro Saltão-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Tiago Dinis Santos Silva-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- António Augusto Santos Torres-----	A Favor-----
----- Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte-----	A Favor-----
----- Francisco José Couceiro Nobre-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- José António Pecegueiro Ferreira Serrano-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
----- Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
----- Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
----- Alexandre José Lopes Costa-----	A Favor-----
----- Nelson António Moreno Carvalho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----

----- **Ponto 6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de redução de taxas municipais relativo a licenciamento para construção de edificação de estrutura residencial para idosos, a requerimento de Valverde Repouso e Lazer, Lda, para o lugar de Coutada, da Freguesia de Meãs - Processo n.º 01/2016/82.** -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Pelas mesmas razões e, eu aqui, porque a Senhora Arquiteta Patricia está cá há pouco tempo e, porque é preciso perceber o porquê desta proposta. -----

----- Este empreendimento é um Lar de Idosos e, os promotores deste empreendimento são do Concelho e um deles tem uma experiência muito bem-sucedida na Carapinheira que traz ao Concelho um conjunto de pessoas que efetivamente têm posses para poder estar neste tipo de Lares privados. -----

----- Na lógica que aqui defendi no passado, se demos o mesmo tipo de isenção a um hotel, a outras entidades hoteleiras, muito mais facilmente, no meu ponto de vista, eu faço esta proposta e assumi e estou a dar a cara por estas entidades, porque efetivamente aqui muito mais nobre o tratamento e acolhimento dos seniores, com as condições que estas entidades têm, é absolutamente de louvar e incentivar. -----

----- Mais se instalem no nosso Concelho para que o nosso Concelho ainda fique mais rico de pessoas, normalmente estas pessoas têm posses e alguma posição e, portanto, nessa senda, eu propus na reunião de Câmara esta redução”. -----

----- Pediu a palavra o membro Celeste Duarte (CDU) que disse: “Parece que estamos a falar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

da mesma coisa, mas de facto não o é. Nós estamos a falar aqui de iniciativa privada de um ramo de negócio altamente lucrativo, são coisas completamente diferentes.-----

----- Obviamente que nós somos sensíveis à questão da necessidade de emprego, fala-se aqui na criação de 40 postos de trabalho, naturalmente com salários muito reduzidos, como infelizmente é a oferta de emprego que vamos tendo no nosso Concelho. -----

----- Por outro lado, também somos sensíveis ao facto desta casa cobrar taxas elevadíssimas e, daí, volta e meia, estarmos aqui a discutir estas coisas, se calhar também era altura de rever essa questão para evitarmos estes pedidos.-----

----- Por outro lado, o Senhor Presidente disse que trazia pessoas com posses ao nosso Concelho, mas também isto não responde à necessidade enorme que temos de responder à velhice, que não é um termo feio, eu já estou a caminho e não me incomoda nada, no nosso Concelho, porque não é para os velhinhos, ou para os velhos, ou para os idosos ou para os seniores, como lhe queiram chamar, do nosso Concelho que estas instalações se destinam infelizmente. Estará lá um ou outro, de vez em quando, mas só isso.-----

----- Por estas razões todas, eu não vou votar contra, porque enfim, sou sensível ao investimento, sou sensível aos empregos, tudo isso, mas também não posso votar a favor porque não é a mesma coisa da votação do ponto anterior”. -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES-----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- António Monteiro Saltão-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Tiago Dinis Santos Silva-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- António Augusto Santos Torres-----	A Favor-----
----- Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte-----	Abstenção-----
----- Francisco José Couceiro Nobre-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- José António Pecegueiro Ferreira Serrano-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
----- Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	A Favor-----
----- Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
----- Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
----- Alexandre José Lopes Costa-----	A Favor-----
----- Nelson António Moreno Carvalho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- Ponto 7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a assunção de compromisso plurianual - Reabilitação Urbana em ARU - Reabilitação do edifício da antiga GNR.-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “É evidente que aqui o que está em causa é a assunção do compromisso plurianual da despesa, mas o Senhor Presidente da Assembleia quer que eu explique mais alguma coisa e, portanto quer os Senhores deputados esclarecidos. -----

----- O que está aqui pensado e, eu queria que a Arq. Patrícia fizesse a introdução do ponto, mas também faço eu, é efetivamente um dos PARUS da ARU do Centro Histórico de Montemor-o-Velho. Tínhamos um edifício que era o edifício da antiga GNR que está muito decadente, em grave perigo, até inclusivamente de ruína, é um conjunto arquitetónico com alpendres e com o edifício principal que ameaça ruína, num sítio muito nobre da Vila, que é a Rua Principal e, portanto, nós, nas 20 propostas de PARU selecionamos esta também, para elegibilidade imediata dentro de uma negociação que fizemos com o Portugal 2020, na CCDRC, no sentido de recuperar este edifício e, a utilização que lhe pretendemos dar é para lá instalar um centro de co-working.

----- O que é que isto significa? -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- É um centro de competências onde qualquer investidor, jovem, é diferentes das incubadoras, porque nas incubadoras têm de ser empresários, têm que se estabelecer, o co-working, pode ser para o desenvolvimento de uma ideia, de um projeto específico, temporalmente delimitado no tempo e, portanto, é uma coisa muito mais abrangente que visa dinamizar a Vila e o tecido empresarial e dar oportunidade aos jovens empresários, ou àqueles que se querem iniciar numa atividade empresarial, ou aqueles que têm uma ideia que é concretizável e que será analisada por nós, poder ter um espaço de partilha de infraestruturas e de recursos humanos, por forma a que se assegure a execução da ideia temporária ou se possa também iniciar uma atividade empresarial numa, como vulgarmente hoje se conhece, incubadora de empresas.-----

----- Este centro é um conceito muito mais avançado, que nasceu em Inglaterra e que nós procuramos dinamizar em Montemor e vamos ser também pioneiros aliás, quando nós estivemos na CCDRC fomos elogiados pelas propostas inovadoras que fizemos de reabilitação urbana e esta, foi uma das propostas elogiada.-----

----- Penso que era esta a explicação que o Senhor Presidente queria, apesar de não ser isto que está a votação.-----

----- Pede a palavra o membro José António Serrano (PS) que disse: “Em primeiro lugar, quero dizer que a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta. No entanto, também se congratula com a recuperação deste tipo de edificado urbano da Câmara Municipal, nomeadamente este, adaptando-o a novas valências que venham a ter alguma utilidade e uma visão de futuro de acordo com aquilo que o Senhor Presidente agora acabou de explicar. -----

----- Acho ótima a ideia. É uma forma de recuperar o edifício. Concomitantemente com estes, também somos de opinião que há outro edificado da Câmara de Montemor nomeadamente o Solar dos Pinas, que a seu tempo e, assim que seja possível, também ser objeto desta natureza ou, com outras valências que, eventualmente, se venham a desenhar para aquele espaço também. -----

----- Por outro lado, também poderá ser uma forma de alavancagem para os proprietários de alguns edifícios degradados e/ou em mau estado de conservação de puderem a vir ser recuperados nomeadamente e, fundamentalmente no casco velho da Vila. -----

----- Estamos de acordo com isso, acho que é uma ótima ideia e congratulamo-nos para já com este passo, sendo certo que, é de todo o interesse pensarmos quais os espaços mais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

subsequentes dentro desta temática.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor deputado e bem, refere o Solar dos Pinas. O Solar dos Pinas, também é um dos PARUS propostos dentro dos 20 mas, terá que compreender que, o Solar dos Pinas tem um conjunto de limitações que não permite fazer lá, por exemplo, o Centro de Co-Working e, portanto, nós demos prioridade a este porque este impulsiona a economia local. Se nós, como esperamos, tivermos reforço de verba nos PARUS, irá seguir a sua ordem natural e chegará ao Solar dos Pinas. Independentemente disso, se não tivermos, pelo menos fica aqui o meu compromisso, pelo menos o pórtico terá que ser intervencionado. Nós não o fizemos porque estamos à espera desta possibilidade que, não é uma possibilidade remota. Vai haver uma reprogramação do Portugal 2020 e, aqueles Municípios melhor executantes, aqueles que executarem melhor os seus PARUS, irão ser premiados ou seja, irão ter acesso a melhores verbas. Aqueles que não executarem, não terão acesso. Por isso é que dei instruções aos Serviços e a Arquiteta Patrícia está em velocidade máxima a resolver todos os PARU’S que nós temos propostos, por forma a que possamos dar uma boa imagem junto da CCDRC e da gestora do Portugal 2020, nessa perspetiva de alcançar inclusivamente, também, o Solar dos Pinas e outros projetos muito interessantes que estão abaixo destes que estão agora como prioritários.”-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES-----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- António Monteiro Saltão-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Tiago Dinis Santos Silva-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- António Augusto Santos Torres-----	A Favor-----
----- Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte-----	A Favor-----
----- Francisco José Couceiro Nobre-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- José António Pecegueiro Ferreira Serrano-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
----- Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	A Favor-----
----- Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
----- Alexandre José Lopes Costa-----	A Favor-----
----- Nelson António Moreno Carvalho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 8. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/04/2018 e 31/05/2018.** -----

----- A AM tomou conhecimento da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/04/2018 e 31/05/2018. -----

----- **Ponto 9. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/04/2018 e 31/05/2018.** -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Não se trata de nenhum esclarecimento adicional, é apenas uma intervenção. Prende-se com a Prestação de Serviços com o Dr. Deolindo Correia para o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

Município. -----

----- Esta bancada entende que este Município tem uma atitude muito responsável e assertiva por optar na continuidade do Dr. Deolindo Correia na prestação de Serviços Jurídicos a este Município, pois é um profissional de excelência, dos melhores que temos na praça merecedor de toda a confiança e respeito, ímpar nas suas qualidades profissionais e pessoais. -

----- Acompanha este Município há 17 anos com muito mérito e com o seu trabalho de excelência que de resto nos tem habituado. -----

----- Esta é mais uma herança positiva do passado do qual nos orgulhamos.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Não sei se deveria ter sido a Senhora Líder de bancada da Coligação a fazer esta intervenção. A declaração proferida, independentemente do juízo de valor que individualmente fazemos sobre as capacidades profissionais de cada um, trata-se da apreciação de um advogado sobre um colega. Creio que a Ordem dos Advogados não gosta deste tipo de apreciações.-----

----- Uma coisa é a declaração política, outra coisa é quem a faz e nós, às vezes, esquecemo-nos desse aspeto.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu gostava de dizer por uma questão de respeito ao Dr. Deolindo Correia de que o Dr. Deolindo Correia não é uma herança do passado.

----- O Dr. Deolindo Correia é uma pessoa que subiu a pulso, estudou comigo, foi meu colega da faculdade enquanto estudante trabalhador e, tudo o que fez não tem nada a ver com a política. Fez pelo seu próprio pulso, portanto, ele é herdeiro de si próprio.” -----

----- A AM tomou conhecimento da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/04/2018 e 31/05/2018.-----

----- **Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Assunção de compromisso plurianual - Transportes Escolares – Ano letivo 2018/2019.** -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) quer disse: “Muito brevemente só para dizer que reconhecendo o enorme esforço que foi feito o ano passado na questão dos Transportes Escolares do Concelho ao aprovarmos, que vamos aprovar naturalmente este ponto, que se continue a trabalhar e a fazer o esforço, também contra os poderes instalados e a falta de concorrência no Concelho que ditam que isto seja difícil mas que, efetivamente no próximo ano letivo, as nossas crianças tenham uns transportes escolares condignos, quer em termos do veículo que os transporta, mas também em termos dos horários, conforme já fizeram o esforço

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

este ano, que nos congratulamos e, esperamos que continuem também no próximo ano letivo.”

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES-----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- António Monteiro Saltão-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Tiago Dinis Santos Silva-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- António Augusto Santos Torres-----	A Favor-----
----- Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte-----	Abstenção-----
----- Francisco José Couceiro Nobre-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- José António Pecegueiro Ferreira Serrano-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
----- Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	A Favor-----
----- Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
----- Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
----- Alexandre José Lopes Costa-----	A Favor-----
----- Nelson António Moreno Carvalho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 11. Fornecimento e acompanhamento de refeições escolares aos alunos dos JI'S e EB1's da rede Pública do Município de Montemor-o-Velho e dinamização de Atividades de Animação e Apoio à Família aos alunos do JI's no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar e Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º CEB – ano letivo 2018/2019**-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “No início do ano 2018, entrou em vigor um novo código da contratação pública que, mau grado trazer bastantes esclarecimentos e melhorias na sua redação, à redação anterior, também trouxe algumas situações mais ou menos perniciosas em relação a este tipo de contratação.-----

----- Portanto, nós decidimos e, quero anunciar aqui que iremos fazê-lo até inclusivamente com outras Juntas, provavelmente não já este ano, porque não estão preparados para isso, novos contratos interadministrativos, delegando estas competências nas Juntas, sabendo, como sabemos, que as Juntas de Freguesia executam muito bem estes serviços e, estas tarefas que aqui constam do contrato interadministrativo que está em análise. -----

----- Na nossa opinião, não o podemos fazer já porque outras Juntas que se perfilariam para este tipo de abordagem não estariam preparadas, mas felizmente que a Junta de Freguesia de Arazede está preparada, tem todo um conjunto de recursos para o poder assumir e, no máximo respeito pelas Juntas, só avançamos com esta Junta. -----

----- É só para dar esta explicação porque havia outras Juntas a quem nós também convidamos para poder eventualmente, celebrar um contrato interadministrativo. Só o vamos fazer com esta porque efetivamente é a única que está preparada para o efeito e, por isso mesmo, estando esta mesma Junta preparada, nós assim o propusemos mas, é intenção do Executivo para o ano fazer mais contratos interadministrativos, porque na nossa ótica, as Juntas poderão fazer um melhor serviço às nossas crianças.” -----

----- Pediu a palavra o membro celeste Duarte (CDU) que disse: “Eu não tenho, nem a CDU, rigorosamente nada contra estes contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesias, muito menos contra a Junta de Freguesia de Arazede em particular. -----

----- Como vamos votar estas duas questões separadamente, eu quero dizer que irei abster-me por uma razão simples e que ainda na última assembleia aqui foi retratada.-----

----- A posição da CDU, em relação ao fornecimento de refeições nas escolas é clara, não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

muda e seja com intervenção da Junta de Freguesia, seja lá de quem for, nós não mudamos de posição, acharemos que isto devia ser um serviço público prestado nas escolas, como sempre foi, com uma qualidade manifestamente superior em todos os aspetos, incluindo na segurança alimentar, mas enfim não é disso que estamos a tratar agora e, por isso, eu não posso votar favoravelmente este ponto.” -----

----- **a. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Assunção de compromisso plurianual;** -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES-----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- António Monteiro Saltão-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Tiago Dinis Santos Silva-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- António Augusto Santos Torres-----	A Favor-----
----- Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte-----	Abstenção-----
----- Francisco José Couceiro Nobre-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- José António Pecegueiro Ferreira Serrano-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
----- Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	A Favor-----
----- Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
----- Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- Alexandre José Lopes Costa-----	A Favor-----
----- Nelson António Moreno Carvalho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----

b. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a minuta do contrato interadministrativo com delegação de competências do município para a junta de freguesia de Arazede para fornecimento de refeições (almoço e lanche) no JI de Arazede, JI da Bunhosa e JI do Tojeiro, bem como para assegurar a Atividade de Animação e Apoio à Família no JI de Arazede, JI da Bunhosa e JI do Tojeiro, nos termos da alínea I), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES-----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- António Monteiro Saltão-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Tiago Dinis Santos Silva-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- António Augusto Santos Torres-----	A Favor-----
----- Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte-----	Abstenção-----
----- Francisco José Couceiro Nobre-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- José António Pecegueiro Ferreira Serrano-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, junho, 29

----- Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	A Favor-----
----- Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
----- Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
----- Alexandre José Lopes Costa-----	A Favor-----
----- Nelson António Moreno Carvalho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 12.Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas.** -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Este foi um plano que o Município elaborou e, portanto, julgo que é do nosso interesse o conhecimento desse plano.” -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do nº. 1 do art.º 49.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o art.º 50.º do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013.** -----

----- Verificou-se a inexistência de público. -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Não há neste momento público na sala, apenas vos quero dizer que o Senhor munícipe José Mendes Simões Monteiro, como é hábito gostaria de ter falado mas, tendo necessidade de se ausentar, não pôde esperar. -----

----- Ele queria saudar-vos e falar daquilo que se falou aqui já hoje:-----

----- - Segurança na Carapinheira:-----

----- - Requalificação da Rua de Lavariz. Colocação de uma passadeira junto à loja do Jumbo (Pão de Açúcar) na Carapinheira que se encontra aberto há mais de um ano, onde se deslocam muitos clientes e é aprazível fazer compras;-----

----- - Arranjo dos passeios de acesso à loja do Jumbo (Pão de Açúcar) na Carapinheira. Como

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2018, junho, 29***

está coloca em risco a passagem dos peões, tornando-se perigosa para as pessoas.-----

----- O Senhor José Monteiro queria falar sobre esses assuntos e, como deixou aqui a nota, eu deixarei esta questão em ata que ele não pode intervir, por já não se encontrar presente, mas gostaria de intervir sobre as questões que já tinham sido abordadas.-----

----- Antes de fechar a sessão, solicito a aprovação das deliberações em minuta, para que possam ter efeito imediato, julgo que não há nenhuma oposição a isso.-----

----- As deliberações foram aprovadas em minuta.-----

----- Depois, porque provavelmente, não nos encontraremos antes de férias em reuniões formais, desejar-vos umas boas férias. Merecem. -----

----- Como palavra final, já que hoje vossas excelências me resolveram escrever, neste caso o Senhor António Saltão e, dizer, alguns outros, coisas que eu julgo que são mais emotivas do que racionais, dizer-vos como tenho dito, mesmo com as picardias todas, é uma honra presidir esta Assembleia.” -----

----- Está encerrada a sessão da Assembleia Municipal. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Carlos Lucas Correia

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Célia Margarida dos Santos Craveiro.